

PHARMACIA

B R A S I L E I R A

Ano XX - Número 94 - Dezembro/2021

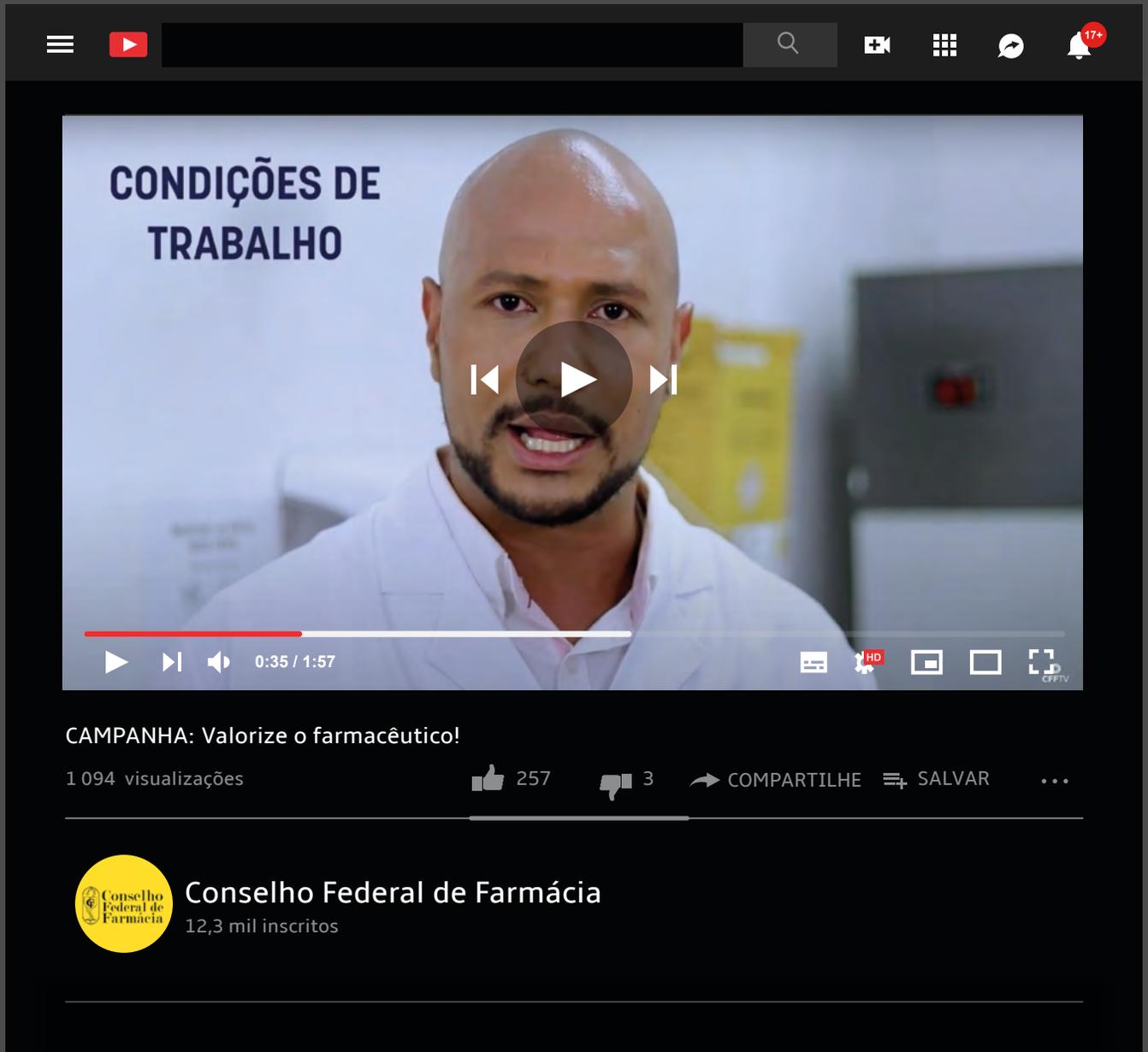
Pharm. Bras. ISSN. 14144794

REFLEXÃO PROSPECTIVA

MAIS UM ANO DE LUTA PELA
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

SIGA O NOSSO CANAL!

Conteúdos preparados especialmente para você, **farmacêutico!**



The image shows a YouTube video player interface. At the top, there is a navigation bar with a menu icon, a play button, a search bar, and icons for camera, grid, chat, and notifications. The video player itself shows a man in a white lab coat speaking. The video title is "CONDIÇÕES DE TRABALHO". Below the video, there is a progress bar showing 0:35 / 1:57. The video description is "CAMPANHA: Valorize o farmacêutico!". Below the description, there are engagement metrics: 1 094 visualizações, 257 likes, and 3 dislikes. There are also buttons for "COMPARTILHE" (Share), "SALVAR" (Save), and a more options menu. The channel name is "Conselho Federal de Farmácia" with 12,3 mil inscritos. The channel logo is a yellow circle with the text "Conselho Federal de Farmácia".

CONDICÕES DE TRABALHO

CAMPANHA: Valorize o farmacêutico!

1 094 visualizações 257 3 COMPARTILHE SALVAR ...

Conselho Federal de Farmácia
12,3 mil inscritos

INSCREVER-SE

youtube.com/conselhofederaldefarmacia

palavra do presidente

Com a eleição de uma nova Diretoria e a renovação de seu Plenário, o Conselho Federal de Farmácia (CFF) inicia, em 2022, uma nova etapa de sua trajetória. Em nome da Diretoria eleita, quero externar minha gratidão aos 26 dos 27 votos do Pleno (tivemos apenas um voto nulo), o que expressa a confiança em nosso projeto para a profissão farmacêutica no País.

Quero dizer à categoria farmacêutica que, pelos próximos dois anos, daremos continuidade ao persistente trabalho de valorização profissional e à busca por mais espaços de atuação para os farmacêuticos. Desde 2012, a diretoria tem assumido desafios cada vez maiores frente ao CFF. Em 2020 e 2021, encaramos um dos momentos mais embaraçosos e críticos para os profissionais da área da saúde: a pandemia que continua a nos assolar e a nos exigir o máximo de dedicação diária.

Em meio a este cenário, proporcionar mais saúde e bem-estar, tanto para os profissionais quanto para a sociedade, é o que me move a atuar como presidente do CFF. Estar à frente desta importante instituição sempre foi uma honra e um grande incentivo ao trabalho pela minha profissão. Tudo o que estiver ao meu alcance, irei buscar, ao lado dos nossos conselheiros federais, colaboradores do CFF, representantes dos conselhos regionais e da classe farmacêutica, com o apoio da sociedade e dos poderes constituídos.

Em 2021, uma das nossas maiores lutas foi conseguir incluir os farmacêuticos nos primeiros grupos a receber a vacina contra a Covid-19. Diversas tratativas foram necessárias para que isso ocorresse da forma mais ágil possível e com o menor prejuízo para os profissionais que trabalhavam na linha de frente, não apenas em hospitais e laboratórios, mas também nas farmácias comunitárias. E desde o início da pandemia, o CFF fez de tudo para cumprir o seu papel de zelar pela saúde pública. Em meio à desinformação e à corrida desenfreada por terapias contra a Covid-19, nos posicionamos em defesa do uso racional de medicamentos e da atenção à saúde baseada em evidências científicas.

Apesar das adversidades, também foi durante essa crise que conseguimos nos consolidar no papel de vacinadores e inserir, de vez, as farmácias entre os serviços de vacinação. Além disso, avançamos em questões cruciais ao aprimoramento da atenção farmacêutica como a segurança das prescrições eletrônicas. Em parceria com o Conselho Federal de Medicina (CFM) e com o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), participamos do desenvolvimento da nova plataforma de prescrição eletrônica e outros documentos médicos. A plataforma utiliza o certificado digital padrão ICP-Brasil e tem, como objetivo, oferecer uma conexão mais ágil, segura e efetiva entre médicos, pacientes e farmacêuticos. Antes, o CFF já havia contribuído no desenvolvimento do Site Validador de Assinaturas Eletrônicas em Documentos Digitais de Saúde, que viabilizou a ampla utilização da receita digital durante o período de isolamento social.

Em 2021, outra luta antiga do CFF ganhou força: pelo ensino presencial na graduação em saúde. Após sensibilizar deputados federais da Comissão de Seguridade Social e Família, recebemos total demonstração de compromisso com a qualidade do ensino: em menos de duas semanas a comissão manifestou-se contrária, por duas vezes, ao EaD na graduação em saúde. A tendência é a de aprovação definitiva dos projetos de lei.

Mas o ano que se encerra promete ficar marcado como o ano de tomada de posição do CFF em defesa dos direitos e prerrogativas do farmacêutico. Em 25 de setembro, o conselho deflagrou um movimento permanente em defesa de uma remuneração justa, do adicional de insalubridade, da jornada e de condições de trabalho adequadas e do respeito à autoridade técnica do farmacêutico. A campanha de valorização profissional tem como uma de suas prioridades os três Projetos de Lei relacionados ao piso salarial nacional para farmacêuticos.

E é com essa garra que começamos 2022. Que venham mais conquistas pela frente!



Walter da Silva Jorge João

Presidente do Conselho
Federal de Farmácia

PUBLICAÇÃO

Coordenação de Imprensa do
Conselho Federal de Farmácia

DIRETORIA

Walter da Silva Jorge João (Presidente)
Lenira da Silva Costa (Vice-Presidente)
Erlanson Uchôa Lacerda (Secretário-Geral)
João Samuel de Moraes Meira (Tesoureiro)

CONSELHEIROS FEDERAIS

Romeu Cordeiro Barbosa Neto (AC)
Mônica Meira Leite Rodrigues (AL)
Marcos Aurélio Ferreira da Silva (AM)
Carlos André Oeiras Sena (AP)
Altamiro José dos Santos (BA)
Egberto Feitosa Filho (CE)
Forland Oliveira Silva (DF)
Gedayas Medeiros Pedro (ES)
Ernestina Rocha de Sousa e Silva (GO)
Luís Marcelo Vieira Rosa (MA)
Gerson Antônio Pianetti (MG)
Márcia Regina Gutierrez Saldanha (MS)
José Ricardo Arnaut Amadio (MT)
Walter da Silva Jorge João (PA)
João Samuel de Moraes Meira (PB)
José de Arimatea Rocha Filho (PE)
Italo Sávio Mendes Rodrigues (PI)
Luiz Gustavo de Freitas Pires (PR)
Maely Peçanha Favero Retto (RJ)
Lenira da Silva Costa (RN)
Jardel Teixeira de Moura (RO)
Erlanson Uchôa Lacerda (RR)
Josué Schostack (RS)
Hortência Sallet Muller Tierling (SC)
Maria de Fátima Cardoso Aragão (SE)
Antônio Geraldo Ribeiro dos Santos Jr. (SP)
Martha de Aguiar Franco Ramos (TO)

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Aloísio Brandão - RP 1.390/07/65v/DF

REDAÇÃO

Aloísio Brandão
Denise Coelho
Gustavo Lavorato
Leilane Alves
Márcia Isabel Lopes
Murilo Caldas

REVISÃO

Aloísio Brandão
Leilane Alves
Murilo Caldas

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Gustavo Lavorato

FOTOS

Getty Images/Canva/CFF

Artigos não manifestam necessariamente a opinião da revista "Pharmacia Brasileira", e são de inteira responsabilidade dos seus autores.



SHIS QI 15 Lote L - Lago Sul / Brasília/DF
CEP: 71635-615

✉ comunicacao@cff.org.br

🌐 cff.org.br

📘 facebook.com/consehofederaldefarmacia

📷 instagram.com/consehofederaldefarmacia

🐦 twitter.com/imprensacff

📺 youtube.com/consehofederaldefarmacia

06

Esperança na nanotecnologia
farmacêutica

12

Conheça a história da Farmacognosia
em livro da SBFgnosia

15

Farmacêuticos acupunturistas podem
emitir recibos ou notas fiscais para
reembolso aos seus pacientes

17

Não há barreiras para a busca
do conhecimento

21

Conheça a Diretoria eleita
para 2022/2023

26

Retrospectiva 2021

54

Várias

VÁRIAS

Um prêmio para a
Dra. Núbia Boechat

A farmacêutica Núbia Boechat, vice-diretora de Educação, Pesquisa e Inovação do Formanguinhos, é o ganhadora do "4º Prêmio Mulheres Brasileiras em Química e Ciências Relacionadas", na categoria "Líder na Indústria", em 2021. A conquista veio em reconhecimento ao trabalho que ela realiza no desenvolvimento de novos medicamentos para combater a leucemia e Aids. A premiação foi concedida pela Sociedade Americana de Química (ACS, sigla em inglês), em parceria com a Sociedade Brasileira de Química (SBQ).

Dra. Núbia Boechat é farmacêutica, com mestrado e doutorado em Química Orgânica e pós-doutorado, em Londres. É bolsista em produtividade do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Cientista do

Covid-19
pode deixar sequelas,
um ano após alta hospitalar
do paciente

Cerca de 70% dos pacientes que tiveram Covid-19 apresentam algum tipo de sequelas, um ano após a alta hospitalar. Os dados foram obtidos por uma pesquisa realizada pelo Hospital do Coração (HC) da USP (Universidade de São Paulo). Episódios de fraqueza, fadiga e falta de ar, entre outros sintomas, foram relatados entre os casos analisados pelo estudo com pacientes internados no HC.

O médico Carlos Carvalho, pneumologista e diretor da Clínica Respiratória do Instituto do Coração (InCor) do HC da Faculdade de Medicina da USP, mostrou-se surpreso com o resultado da pesquisa. Dr. Carlos Carvalho lembra que esse tipo de infecção, mesmo em vírus respiratório ou sazonal, como o H1N1 ou mesmo de gripe, tende a não gerar sequelas nos infectados, por contaminar células localizadas nas vias respiratórias superiores. "No entanto, o coronavírus

Retrospectiva 2021

Casa nova para os farmacêuticos.....	27
Protagonismo farmacêutico	28
Linha de frente.....	29
Vacinas em farmácias.....	29
Imunização para todos.....	30
Respeito à ciência.....	31
Desabastecimento de medicamentos.....	31
Campanhas.....	32
Audiência na EBSERH.....	34
Campanhas em parcerias.....	35
Farmacêutico na saúde pública.....	37
Inserção na Estratégica de Saúde da Família.....	37
Defesa do DAF e dos genéricos.....	37
Prescrição eletrônica.....	38
Telemedicina.....	39
Anvisa.....	40
Graduação presencial em saúde.....	40
Ensino de qualidade na pós-graduação.....	41
Cursos.....	41
Suporte aos farmacêuticos.....	43
Resoluções.....	45
O ano da mulher.....	47
Outros grupos de trabalho.....	48
Defesa do âmbito de atuação.....	48
Por mais postos de trabalho.....	51
Mais um passo rumo à inclusão.....	52
Interlocução com a Anvisa.....	52



Esperança na nanotecnologia farmacêutica

Por Aloísio Brandão, jornalista e editor desta revista

Diminuição de efeitos adversos, redução da dose e aumento da eficácia dos tratamentos são, entre outras, as vantagens oferecidas pelos nanomedicamentos, produtos que resultam de mais de 40 anos de pesquisas na área da nanotecnologia farmacêutica. Cerca de cem nanomedicamentos já se encontram, no mercado, com aprovação pela FDA, a agência federal norte-americana de administração de alimentos e medicamentos. A maioria para o tratamento de diversos tipos de câncer.

Como são desenvolvidos e como agem os nanomedicamentos? Quais as diferenças entre a ação dos medicamentos tradicionais e a dos desenvolvidos com nanotecnologia para o tratamento de uma mesma doença? Por que esses produtos não são acessíveis à clientela do SUS? Como explicar que as pesquisas e desenvolvimento de nanomedicamentos, no Brasil, encontram-se apenas nas universidades. E o que é feito dessas pesquisas? Os nanomedicamentos representam novos e promissores mercados de atuação para os farmacêuticos?

As respostas estão com uma das maiores autoridades brasileiras no assunto, a farmacêutica doutora e professora **Silvia Staniscuaski Guterres**. Graduada em Farmácia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1985, mestra pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Farmacêuticas pela mesma instituição de ensino e doutora pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Paris XI, **Silvia Guterres** atua como professora titular da UFRGS na área de nanobiotecnologia farmacêutica.

A professora pesquisadora depositou mais de 60 patentes, recebeu vários prêmios e é a coordenadora brasileira de projetos de cooperação internacional com as universidades de Coimbra (FCT), de Parma (Erasmus) e de Harvard pela Fapergs, instituição de fomento à pesquisa científica do governo do Rio Grande do Sul. Dra. Silvia foi quem coordenou o projeto reunindo a UFRGS, a indústria farmacêutica Biolab e a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovações (MCTI), que permitiu a entrada, no mercado brasileiro, do primeiro fotoprotetor de base nanotecnológica, o Photoprot®.

Ainda, no universo da pesquisa e desenvolvimento, coordena a área da Farmácia na CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão do Ministério da Educação, e integra o CCNANOMAT (Comitê Consultivo de Nanotecnologia e Novos Materiais), do MCTI. **VEJA A ENTREVISTA.**



Silvia Guterres

Farmacêutica, pesquisadora, professora titular da UFRGS e especialista em nanotecnologia farmacêutica

PHARMACIA BRASILEIRA: Dra. Silvia Guterres, é otimismo demais falar que a nanotecnologia farmacêutica é a esperança para o desenvolvimento de medicamentos indicados para o tratamento de doenças até então incuráveis, como o câncer?

SILVIA STANISCUASKI GUTERRES: A nanotecnologia farmacêutica vem se confirmando como uma excelente estratégia para o aprimoramento terapêutico. São mais de 40 anos de pesquisas, na área, que propiciaram a introdução, no mercado, de novos medicamentos, também, conhecidos como nanomedicamentos. Eles trazem soluções para muitas das limitações relacionadas à terapêutica. Para tal, os nanomedicamentos fazem uso de uma grande diversidade de nanocarreadores de fármacos.

É importante ressaltar que é o tamanho nanométrico (1 nanômetro corresponde a 1 bilionésimo do metro) o responsável pelas propriedades biológicas diferenciadas em comparação com aquelas observadas pelo uso de medicamentos convencionais. As principais vantagens dos nanomedicamentos são a diminuição de efeitos adversos, a redução da dose e o aumento de eficácia dos tratamentos.

Na atualidade, a FDA (agência federal norte-americana de administração de alimentos e medicamentos) já aprovou mais de cem nanomedicamentos, a maioria para o tratamento de diversos tipos de câncer, entre eles os de mama metastático, de pulmão de células não pequenas, de pâncreas metastático e a leucemia mieloide aguda. Os lipossomas (nanovesículas de fosfolípidos) são o tipo de nanocarreador mais recorrente nesses produtos.

PB: Como é produzido um nanomedicamento?

SSG: Existem variadas formas de produção dos nanomedicamentos. Na maior parte das vezes, são utilizados materiais biodegradáveis para a composição das nanopartículas e técnicas comuns na tecnologia farmacêutica. O mais usual é a produção das nanopartículas em forma farmacêutica líquida, seguida de liofilização, quando para administração parenteral.

Para as vias não parenterais (cutânea, ocular, oral etc.), as nanopartículas, a partir da forma líquida em suspensão, podem ser convertidas em formas farmacêuticas semissólidas e sólidas. No que diz respeito à produção das nanopartículas, existem duas categorias: as técnicas *top-down* e as técnicas *bottom-up*.

As técnicas *top-down* fazem uso de métodos físicos ou mecânicos e partem de dispersões grosseiras que são cisalhadas para redução do tamanho das partículas, até a dimensão nanométrica pelo uso de equipamentos, como homogeneizadores a alta pressão, por exemplo. Por outro lado, as técnicas *bottom-up* fazem uso de métodos químicos ou físico-químicos, baseados na formação de ligações químicas ou em gradientes de tensão interfacial. Geralmente, partem de soluções verdadeiras e as nanopartículas são construídas, mediante controle termodinâmico (exemplos: emulsificação espontânea, precipitação interfacial de polímeros pré-formados).

PB: E como os nanomedicamentos agem? Quais as diferenças entre a ação dos medicamentos tradicionais e a dos desenvolvidos com nanotecnologia para o tratamento de uma mesma doença?

SSG: Para entender como funcionam os nanomedicamentos, é preciso considerar a via de administração utilizada. Para ilustrar como funcionam os nanomedicamentos, gostaria de comentar sobre as vias intravenosa, oral e cutânea.

O que acontece, após administração intravenosa? As opsoninas presentes no sangue aderem-se à superfície de nanocarreadores, o que os torna reconhecidos pelas células fagocíticas, ocasionando a imediata remoção das nanopartículas da circulação sanguínea, com consequente direcionamento e acúmulo principalmente no fígado. Este fenômeno foi identificado, há muitos anos, e impulsionou pesquisas que visavam a contornar esta limitação, pois as nanopartículas eram muito rapidamente removidas da circulação.

A principal estratégia desenvolvida foi o revestimento da superfície das nanopartículas com diferentes materiais que hidrofilizam a superfície, sendo um exemplo clássico

a peguilação (revestimento com polietilenoglicol). Essas nanopartículas são chamadas de furtivas, pois permanecem longo tempo e conseguem se acumular em outros órgãos e tecidos. O que é interessante ressaltar é que é isso que acontece em situações fisiológicas.

Por outro lado, em situações patológicas, como por exemplo, no caso de câncer com tumores sólidos, uma situação diversa acontece. Trata-se do efeito de permeabilidade e retenção aumentadas (EPR do inglês *Enhanced Permeability and Retention Effect*), que acontece quando as nanopartículas extravasam da corrente sanguínea, acumulando-se no tumor. Em outras palavras, há um direcionamento passivo preferencial para o tumor, o que pode contribuir para redução de dose e/ou aumento da eficácia terapêutica.

Há, ainda, o que se chama de direcionamento ativo ao tumor, que acontece, quando a superfície das nanopartículas é revestida com ligantes específicos, que propiciam o reconhecimento molecular. A utilização desses ligantes diminui a captação não específica das nanopartículas para outros tecidos que não tecido alvo, o que torna a estratégia altamente eficaz.

E, após a administração oral, o que acontece? Em primeiro lugar, é importante lembrar que a via oral é a mais utilizada na terapêutica, por ser natural. O que a ciência vem demonstrando é que as nanopartículas aumentam a biodisponibilidade de vários fármacos, sejam eles hidrofílicos, hidrofóbicos ou biológicos.

E como funcionam os nanomedicamentos após administração na pele? Em geral, as nanopartículas atuam como carreadores aptos a entregar as substâncias, de forma controlada, nas diferentes subcamadas da pele ou, ainda, controlar a penetração/permeação/absorção do fármaco, com vistas ao uso tópico ou transdérmico.

Vale a pena destacar que, além da aplicação terapêutica, o uso de nanopartículas em produtos cutâneos é bastante explorado, na área cosmética, que inclusive foi pioneira, pois o primeiro cosmético com nanocápsulas de vitamina E foi introduzido, no mercado, em 1995, pela empresa L’Oreal.

PB: A aplicação da nanotecnologia faz aumentar a eficiência, garantir a segurança, diminuindo a toxicidade e os efeitos colaterais, além de facilitar o uso dos nanofármacos. Estes são os seus méritos? Fale sobre cada um desses aspectos positivos dos medicamentos desenvolvidos com nanotecnologia.

SSG: Os principais benefícios dos medicamentos com nanotecnologia são o direcionamento de fármacos ao local de ação, o aumento da biodisponibilidade, o aperfeiçoamento do transporte, através de barreiras biológicas; a liberação controlada do fármaco, a partir das formulações; a redução de dose e diminuição da toxicidade do fármaco e, finalmente, o aumento da eficácia do medicamento.

PB: Qual a função da nanotoxicologia no desenvolvimento de nanofármacos?

SSG: A nanotoxicologia é uma nova disciplina que nasceu, nos meados dos anos 2000, que estuda os aspectos de toxicidade e segurança dos nanomateriais. Não é específica para a área farmacêutica, pois a nanotecnologia alcança vários setores econômicos.

Para a área farmacêutica, os estudos nanotoxicológicos são essenciais para o desenvolvimento de um novo nanomedicamento, assim como se faz para os medicamentos convencionais. Apenas que os métodos para a avaliação dos aspectos toxicológicos de nanopartículas são específicos, muitas das técnicas empregadas para avaliação toxicológica clássica não podem ser empregadas para a avaliação de nanopartículas sem uma prévia adaptação e/ou validação. Também, há de se destacar que muitos novos métodos foram desenvolvidos sendo que, na atualidade, um número grande de métodos alternativos tem se mostrado efetivo para a avaliação das nanopartículas.

O tamanho nanométrico é o responsável pelas propriedades biológicas diferenciadas em comparação com aquelas observadas pelo uso de medicamentos convencionais. As principais vantagens dos nanomedicamentos são a **diminuição de efeitos adversos, a redução da dose e o aumento de eficácia dos tratamentos**

Sílvia Guterres

Farmacêutica, pesquisadora, professora titular da UFRGS e especialista em nanotecnologia farmacêutica

PB: As ciências farmacêuticas abraçaram a nanotecnologia, há cerca de 30 anos, e bem depois de sua aplicação na cosmética. Já há muitos medicamentos, no mercado, desenvolvidos à luz da nanotecnologia? Quais são as suas principais indicações? Esses produtos são acessíveis à clientela do SUS?

SSG: Na atualidade, existem vários medicamentos de base nanotecnológica, no mercado, a maioria deles para o tratamento de diversos tipos de câncer, embora exista uma ampla gama de nanomedicamentos para outras aplicações terapêuticas, como o tratamento de infecções fúngicas, anestésicos, entre outros. Infelizmente, o custo dos medicamentos com nanotecnologia, ainda, é elevado na comparação com os medicamentos convencionais. No momento, não são acessíveis à clientela do SUS.

PB: Conte um pouco da história da nanotecnologia farmacêutica.

SSG: A nanotecnologia farmacêutica tem cerca de 40 anos de história. Em 1978, é publicado o primeiro artigo científico com nanopartículas para o carreamento de fármacos pelo prof. Speiser. Em 1986, foram desenvolvidos os primeiros microscópios de força atômica, que contribuíram muito para o avanço da área. Nessa mesma década, as bases do funcionamento das nanopartículas carreadoras de fármacos foram elucidadas, como, por exemplo, o efeito de permeabilidade e retenção aumentadas e direcionamento passivo.

Em 1992, o primeiro medicamento com nanotecnologia, o Taxol (paclitaxel nanoencapsulado) entra, no mercado, e, em 1996, o *California Institute of Technology* promove a primeira conferência em nanobiotecnologia. No ano 2000, há um marco divisor de águas para o avanço da nanotecnologia, com o estabelecimento, pelo Governo Clinton, nos Estados Unidos, da Iniciativa Americana para Nanociência e Nanotecnologia (N&N), com investimentos vultuosos.

No Brasil, em 2001, o Ministério da Ciência e Tecnologia estabelece as primeiras redes de pesquisa em N&N, o que permitiu um avanço importante da ciência nacional no tema. Ainda, no cenário nacional, em 2009, é introduzido, no mercado, o primeiro produto com nanotecnologia para a área da saúde, um fotoprotetor com nanotecnologia, fruto de parceria de nosso



grupo de pesquisa, na UFRGS, com a empresa Biolab Sanus Farmacêutica, com financiamento da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos),

Outro importante evento para a consolidação e expansão das atividades de pesquisa em N&N, no Brasil, foi a implementação, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, da Iniciativa Brasileira para N&N, o SisNano, que, até a atualidade, vem sendo reeditado e tem permitido o avanço das atividades, em especial, as parceiras entre universidades e empresas. Mais recentemente (2018), é importante mencionar o observatório da União Europeia para nanomateriais, que tem por objetivo discutir aspectos regulatórios para a próxima geração de nanomateriais.

Na atualidade, **existem vários medicamentos de base nanotecnológica, no mercado.** A maioria para o tratamento de diversos tipos de câncer, embora exista uma ampla gama de nanomedicamentos para outras aplicações terapêuticas, como o tratamento de infecções fúngicas, anestésicos, entre outros

Silvia Guterres

Farmacêutica, pesquisadora, professora titular da UFRGS e especialista em nanotecnologia farmacêutica

PB: As pesquisas e desenvolvimento de nanomedicamentos, no Brasil, concentram-se nas universidades. Por que? E o que é feito dessas pesquisas?

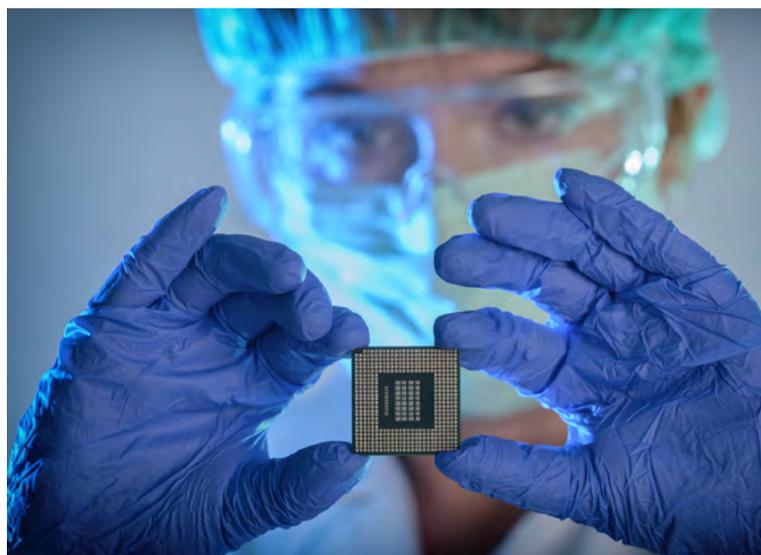
SSG: No Brasil, a maior parte das pesquisas, em N&N, concentra-se nos programas de pós-graduações na área farmacêutica. No entanto, é importante destacar que tem havido oportunidades crescentes para parcerias com empresas, assim como se observa uma tendência de criação de *star-ups* e *spin-offs* em incubadoras de empresas e parques tecnológicos, que têm a nanotecnologia aplicada à terapêutica como foco dos negócios.

PB: As faculdades de Farmácia ensinam nanotecnologia farmacêutica?

SSG: Algumas faculdades de Farmácia têm disciplinas na graduação específicas para a nanotecnologia farmacêutica, mas, para a expressiva maioria, o conteúdo é apresentado no escopo de disciplinas, como a de Farmacotécnica ou Tecnologia Farmacêutica. Por outro lado, o tema é frequente nas disciplinas dos programas de pós-graduação em Ciências Farmacêuticas.



Foto: Acervo pessoal



PB: Essa área representa novos mercados de atuação do farmacêutico?

SSG: Sem dúvida, sobretudo nas indústrias farmacêuticas que desenvolvem medicamentos inovadores.



Conheça a história da Farmacognosia em livro da SBFgnosia

E-book gratuito reúne memórias dessa área das Ciências Farmacêuticas que estuda propriedades físicas, químicas, bioquímicas e biológicas dos fármacos

Por Murilo Caldas, jornalista

Parece evidente dizer que os princípios ativos naturais, sejam animais ou vegetais, são objeto de estudo das Ciências Farmacêuticas. Mas o que pouca gente sabe, para além dos profissionais da Farmácia, é que o ramo mais antigo do saber produzido pelos farmacêuticos chama-se Farmacognosia. Embora impopular, numa definição mais ampla, o termo dá nome à aplicação simultânea de várias disciplinas científicas, com o objetivo de conhecer fármacos naturais sob todos os aspectos. Em dezembro de 2021, a história da Farmacognosia foi registrada no livro *A Farmacognosia no Brasil: memórias da Sociedade Brasileira de Farmacognosia (SBFgnosia)*. O *e-book* pode ser baixado, gratuitamente, em www.farmacognosianobrasil.com.

O farmacêutico Leopoldo C Baratto, professor de Farmacognosia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é o autor do livro que faz um resgate histórico da Farmacognosia no Brasil. A obra organizada entre 2020 e 2021, quando Leopoldo presidiu a SBFgnosia (biênio 2019-2021), reúne, em 15 capítulos, textos de importantes nomes da Farmacognosia e áreas afins. “Trata-se de pesquisa realizada com base em documentos físicos e digitais, e entrevistas com pesquisadores e docentes da disciplina que traça um cenário atual e as projeções futuras para essa área farmacêutica”.

A Farmacognosia é uma ciência multidisciplinar que contempla **o estudo das propriedades físicas, químicas, bioquímicas e biológicas dos fármacos ou dos fármacos potenciais de origem natural**, assim como busca novos fármacos a partir de fontes naturais



Foto: Acervo pessoal

Leopoldo C. Baratto

Farmacêutico, professor de Farmacognosia da UFRJ e autor do livro

De acordo com a SBFgnosia, a Farmacognosia é uma ciência multidisciplinar que contempla o estudo das propriedades físicas, químicas, bioquímicas e biológicas dos fármacos ou dos fármacos potenciais de origem natural, assim como busca novos fármacos a partir de fontes naturais. O nome Farmacognosia deriva dos termos gregos *pharmakon* (fármaco) e *gnosis* (conhecimento). Durante o século IX e início do século XX, era utilizado para definir o ramo da medicina que tratava das commodities científicas como drogas vegetais brutas ou não processadas.

O livro está dividido em três partes. Na primeira, o autor faz uma contextualização histórica da disciplina no Brasil e da SBFgnosia, desde a fundação há 80 anos até os dias de hoje. A segunda parte, trata da Revista Brasileira de Farmacognosia, destacando a qualidade das publicações desse periódico. Na terceira, são discutidos aspectos relacionados ao tripé ensino, pesquisa e extensão, que fundamenta as universidades brasileiras. Leopoldo relembra que o termo foi usado pela primeira vez, em 1811, pelo médico austríaco Schmidt e, desde 1920, a Farmacognosia é disciplina obrigatória nas faculdades de Farmácia do Brasil, sendo uma das maiores áreas do conhecimento farmacêutico.

A publicação reúne, ainda, um rico acervo de informações sobre essa área das Ciências Farmacêuticas importantíssima para a compreensão da busca por novos fármacos de origem natural e o desenvolvimento

de medicamentos fitoterápicos, além de reflexões sobre o presente e o futuro nas esferas de ensino, pesquisa e extensão. De acordo com o autor, a Farmacognosia é interdisciplinar e faz interface com a botânica, etnobotânica, antropologia médica, biologia marinha, microbiologia, fitoquímica, fitoterapia, farmacologia, farmácia clínica, agronomia, entre outros.

O conhecimento a respeito das plantas medicinais foi transmitido e registrado ao longo de milhares de anos. Com a tradução da obra de Dioscórides, durante a Idade Média, a disciplina ficou conhecida, por muitos séculos, como matéria médica. A definição de Farmacognosia e suas abordagens passaram por diversas mudanças, reflexo das transformações sociais, científicas e tecnológicas que ocorreram no mundo, até chegar ao cenário atual como uma disciplina multidisciplinar e transversal a diversas áreas do conhecimento, que tem os produtos naturais como objeto de estudo.

Apesar de a maioria dos estudos farmacognósticos focarem nas plantas e derivados, outros tipos de organismos também são considerados de interesse farmacognóstico, como por exemplo, bactérias, fungos e organismos marinhos. Mas, conforme o autor descreve no livro, drogas vegetais são a parte utilizada da planta medicinal seca e estabilizada, podendo ser inteira, rasurada ou pulverizada. E muito além de apenas analisar tais drogas sob aspectos macro e microscópicos, químicos e farmacológicos, a Farmacognosia é uma disciplina fundamental às Ciências Farmacêuticas.

Considerada a mais antiga das áreas das Ciências Farmacêuticas, já que desde os primórdios da civilização o homem utiliza produtos naturais como recurso terapêutico, a Farmacognosia possibilita, apenas para citar alguns exemplos, a pesquisa e o desenvolvimento de novos fármacos de origem natural, o controle de qualidade de medicamentos fitoterápicos e produtos tradicionais fitoterápicos, o registro do conhecimento tradicional associado à biodiversidade, a promoção do uso racional de plantas medicinais e produtos fitoterápicos, a participação de pesquisadores da área na elaboração e implementação de políticas públicas envolvendo o uso racional de plantas medicinais e seus derivados, entre tantas outras abordagens.

Historicamente, a SBFgnosia sempre foi engajada nas discussões a respeito do ensino da disciplina de Farmacognosia e da legislação de medicamentos fitoterápicos; na atuação em comitês da Farmacopeia Brasileira e em outros setores decisores de políticas públicas relacionadas ao uso de plantas medicinais; na divulgação do conhecimento científico, por meio do seu periódico Revista Brasileira de Farmacognosia, da Revista A Flora e também do Informe SBF; na organização de eventos científicos de relevância nacional e internacional; na representação política em conjunto com outras sociedades científicas na luta pela valorização da ciência; e na esfera acadêmica, por meio de seus inúmeros associados, que criaram e consolidaram grupos de pesquisa em Farmacognosia, fortalecendo a pós-graduação na área das Ciências Farmacêuticas.

Este livro tem o objetivo de trazer subsídios para reflexões futuras na área, a fim de que se possa construir **novos caminhos**, vislumbrar **novas perspectivas** e **dar continuidade à trajetória dos inúmeros pesquisadores e docentes que nos antecederam**

Leopoldo C. Baratto
Farmacêutico

De acordo com Leopoldo C Baratto, o livro é um legado para as próximas gestões da SBFgnosia, que assumirão o compromisso de resguardar essa história daqui para a frente, permitindo a reflexão sobre o futuro da Farmacognosia no Brasil. “A obra aborda temas raros para qualquer gestão da nossa sociedade, como a importância da Farmacognosia para a formação do farmacêutico, desafios que os docentes e pesquisadores na área de Farmacognosia encontrarão nas próximas décadas e o quanto, ainda, a Farmacognosia pode se transformar enquanto ciência multidisciplinar frente às novas tecnologias e demandas da sociedade. Esse livro não teve como objetivo principal dar respostas a essas questões, mas ele traz subsídios para reflexões futuras na área, a fim de que se possa construir novos caminhos, vislumbrar novas perspectivas e dar continuidade à trajetória dos inúmeros pesquisadores e docentes que nos antecederam até aqui”.

[Acesse o QR Code](#) para baixar o livro gratuitamente





Farmacêuticos acupunturistas podem emitir recibos ou notas fiscais para reembolso aos seus pacientes usuários de planos

O reembolso é devido quando o atendimento é prestado por profissional não credenciado ao plano. A legislação também faculta o credenciamento de farmacêuticos acupunturistas

Pacientes atendidos por farmacêuticos acupunturistas não credenciados aos seus planos de saúde têm direito ao reembolso do valor pago pelas sessões. Esses profissionais da saúde, por força da legislação vigente, estão habilitados a emitir recibo ou nota fiscal com este fim. E também são reconhecidos como aptos ao credenciamento pelas operadoras de saúde. [Em nota técnica emitida em dezembro](#), o Conselho Federal de Farmácia (CFF) orienta aos farmacêuticos acupunturistas que, enfrentando dificuldades, busquem soluções administrativas ou judiciais, quando necessário.

Há mais de dez anos, o CFF autoriza e disciplina o exercício da acupuntura pelo farmacêutico. A Resolução CFF nº 516/2009 define os aspectos técnicos do exercício da Acupuntura na Medicina Tradicional Chinesa como especialidade do farmacêutico, e mais recentemente a Resolução CFF nº 710/2021 veio para atualizá-la. A prática pode ser exercida pelo farmacêutico em consultórios privados ou públicos. A atuação dos farmacêuticos na especialidade é respaldada por normativas do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Saúde e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

“É importante ressaltar que a Resolução Normativa nº 465/2021 da ANS, em seu artigo 6º, diz que os procedimentos e eventos listados na norma, que dispõe sobre a cobertura assistencial obrigatória para os planos de saúde, poderão ser executados por qualquer profissional da saúde habilitado para sua realização, conforme legislação específica sobre as profissões da saúde e regulamentação de seus respectivos conselhos profissionais”, comenta o integrante do Grupo de Trabalho sobre Medicina Tradicional Chinesa do CFF, Paulo Varanda. “Isso inclui os farmacêuticos”, acrescenta.

Em relação à norma, é preciso destacar ainda que, na prestação do serviço, precisam ser respeitados os critérios de credenciamento, referenciamento, reembolso ou qualquer tipo de relação entre a operadora e os prestadores de serviços de saúde. E que os procedimentos precisam ser solicitados pelo médico que assiste ao segurado. A nota elaborada pelo conselho cita a regulamentação do Exército Brasileiro sobre o tema, que insere a acupuntura por profissionais não médicos no âmbito de seu serviço de saúde e assegura o caráter multiprofissional da prática.

Paulo Varanda destaca que não há lei no país que vede a prática da acupuntura por profissionais da saúde não médicos e que há decisões judiciais que impedem o Conselho Federal de Medicina (CFM) de editar resolução prevendo a prática como ato privativo do médico. Ele frisa que outras instâncias reconhecem o farmacêutico acupunturista. É o caso do Ministério do Trabalho, por meio da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Esta é uma das oito ocupações do farmacêutico listadas na classificação. “O CFF tem trabalhado muito pela ampliação do âmbito de atuação e o aparato legal e normativo está posto para que os profissionais se apoderem dele e o utilizem em seu favor e de seus pacientes!”.



O CFF tem trabalhado muito pela ampliação do âmbito de atuação e o aparato legal e normativo está posto para que os profissionais se apoderem dele e o utilizem em seu favor e de seus pacientes

Paulo Varanda

Integrante do Grupo de Trabalho sobre Medicina Tradicional Chinesa do CFF

Não há barreiras para a busca do conhecimento

Em 2021, quase 5 mil farmacêuticos buscaram as capacitações oferecidas pelo CFF

As mais de doze horas de deslocamento entre Breves e Belém, municípios do Pará, não são impeditivos para quem está atrás de conhecimento. Entre uma balsa e um táxi, peças-chave para suprir a sua missão em busca de sabedoria, está a jovem farmacêutica Jéssica Maia. Estudante de pós-graduação em Farmácia Clínica e mestranda em Assistência Farmacêutica pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Jéssica é um exemplo

de dedicação, foco e amor. Todo mês, ela percorre 221 quilômetros nas estradas e rios paraenses para assistir a mais um curso promovido pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF). “Sou apaixonada pela minha profissão. Buscar conhecimento é fundamental, principalmente onde moro, no interior, local onde a saúde é muito precária. Para atender aos meus pacientes com qualidade e excelência, procuro sempre atualização contínua”, destacou a farmacêutica, que atua em uma farmácia comunitária no norte paraense.

BELÉM
BREVES

**MAIS DE 12H
DE VIAGEM**

Esse é apenas o relato de um das centenas de alunos que participaram dos cursos “Cuidado Farmacêutico” e “Prescrever em Problemas de Saúde Autolimitados”, ministrados pelo CFF, em 2021. Com turmas presenciais e virtuais espalhadas por todo o Brasil, as capacitações têm o objetivo de tornar o farmacêutico um profissional diferenciado, com competências clínicas para conduzir os pacientes aos atendimentos assertivos. Com os fundamentos ministrados nos cursos, o profissional passa a utilizar os seus conhecimentos e propriedades para aprimorar os tratamentos, atuar no rastreamento e prevenção de doenças e continuar na promoção à saúde da população.

Mesmo com a pandemia da Covid-19, que dizimou a possibilidade de grandes eventos, o Conselho Federal de Farmácia continuou ativo no seu papel de levar qualificação e educação continuada aos profissionais. Desta vez, com o apoio das tecnologias para estruturar um novo processo de formação e aprendizagem. “Vivemos uma época de expansão da profissão. Nunca presenciamos antes uma fase em que o farmacêutico fosse tão valorizado e reconhecido. Mesmo com muito a conquistar, é através do ensino contínuo, com qualidade, que vamos firmar, no imaginário coletivo, o nosso papel fundamental como profissionais da saúde”, defende o presidente do CFF, Walter Jorge João.

A farmacêutica Jéssica Maia serve de exemplo para os mais de 230 mil farmacêuticos espalhados por todos os cantos do País. Não apenas por sua história de superação, mas também por sua devoção à saúde e consciência que, com seus estudos, pode fazer a diferença na vida dos brasileiros: “quando nós temos um objetivo, nós fazemos acontecer. Se nos prendemos às dificuldades, não fazemos nada”.

Farmacêutico pronto para mudar vidas

O projeto “Prescrever em Problemas de Saúde Autolimitados” surgiu com o objetivo de desenvolver as competências clínicas do farmacêutico através da prescrição racional de medicamentos, com base na legislação vigente, e como sequência ao “Cuidado Farmacêutico”. Qualificar o profissional para atendimento às queixas de rotina, geralmente recebidas no balcão da farmácia, e preparar o farmacêutico para o manejo de sinais e sintomas na gestão dos problemas de saúde autolimitados são demandas altamente almejada e necessárias no mercado de trabalho.



Foto: Acervo pessoal

Jéssica Maia

Farmacêutica do norte paraense percorreu mais de 12 horas, por semana, para realizar curso promovido pelo CFF

“É através do ensino contínuo, com qualidade, que vamos firmar, no imaginário coletivo, o **nosso papel fundamental como profissionais da saúde**

Walter Jorge João
Presidente do CFF



As Resoluções CFF nº 585 e 586 de 2013, que regulamentam as atribuições clínicas e a prescrição farmacêutica, respectivamente, foram as primeiras ações do Conselho Federal de Farmácia em busca do aprimoramento da qualidade dos serviços prestados à população. A partir da Lei no 13.021/14, o CFF assumiu o protagonismo na implantação da atuação clínica do farmacêutico, pois a farmácia passou a ser considerada uma unidade de prestação de assistência farmacêutica, assistência à saúde e orientação sanitária individual e coletiva.

“A profissão tem passado por uma série de transformações. A sociedade e o mercado de trabalho têm exigido um novo perfil de atuação, com farmacêuticos preparados para atender demandas nos diferentes pontos da saúde”, destacou a farmacêutica Wáleri Reis, coordenadora pedagógica dos cursos Cuidado Farmacêutico e Prescrever. Ela lembra que o CFF, empenhado em elevar o farmacêutico ao mesmo patamar das outras profissões da saúde, percebeu que, por meio de um curso elaborado por professores e assessores especialistas da área, poderia preparar os seus profissionais para desempenharem um novo perfil clínico de atuação.

Mais de quatro mil farmacêuticos participaram da capacitação, que contou com a modalidade on-line nos polos do Amapá, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Paraná, Roraima, Maranhão, Sergipe, Bahia, Ceará, Rondônia e Paraíba, e polos presenciais no Pará (turmas em Belém, Castanhal, Marabá, Redenção e Santarém), Tocantins e Mato Grosso do Sul.

Consolidação da farmácia clínica

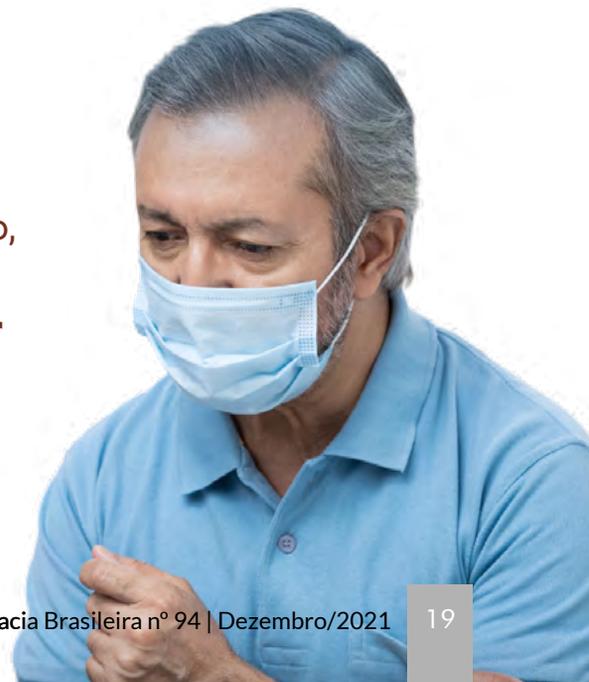


O curso Cuidado Farmacêutico é um marco na história do Conselho Federal de Farmácia e faz parte da consolidação da prática clínica, uma das maiores conquistas da categoria farmacêutica. Lançada em 2017, a capacitação foi idealizada pelo Grupo de Trabalho de Saúde Pública da entidade, com o objetivo de contribuir para a estruturação dos serviços farmacêuticos dentro das farmácias comunitárias públicas. Com o sucesso, em 2018, o CFF disponibilizou a modalidade para o segmento privado. Já em 2021, o curso foi ministrado nas modalidades on-line, presencial e semipresencial, com conteúdos sobre hipertensão, diabetes, dislipidemias, saúde mental, asma e gestão do peso. Mais de 850 vagas foram ofertadas para turmas nos estados do Acre, Mato Grosso, Pará, Roraima e Santa Catarina.

Para o conselheiro federal de Farmácia pelo Paraná e secretário-geral do CFF, Gustavo Pires, entusiasta sobre a farmácia clínica e defensor dessa especialidade de atuação, é preciso mudar a forma de promover o cuidado à saúde das pessoas e otimizar as contribuições potenciais de cada profissional. “O farmacêutico é estratégico para qualquer sistema de saúde e não



As capacitações têm o objetivo de tornar o farmacêutico um profissional diferenciado, com **competências clínicas para conduzir os pacientes aos atendimentos assertivos**



pode ser subutilizado. O incentivo à atuação clínica previne diversos problemas, como os que envolvem as farmacoterapias, uma das maiores responsáveis pelas internações hospitalares nos atendimentos de urgência”, frisou o farmacêutico.

O afloramento do olhar clínico e a compreensão da importância do atendimento ao paciente com qualidade foram fundamentos aprendidos e aplicados no dia a dia pela farmacêutica Simone Rolim Pereira, de Brasília. Concluinte do curso Cuidado Farmacêutico, no polo Distrito Federal, Simone destacou que, mesmo atuando em uma rede de farmácias que possui consultórios farmacêuticos, ela atendia ao público apenas com o que era preconizado pela empresa e possuía pouco conhecimento das variantes. Com a capacitação, sentiu um crescimento da sua apreciação para o atendimento clínico. “Depois do curso consegui aflorar o meu olhar, melhorar meu atendimento e perder o medo. Hoje, tenho uma boa base para fazer o atendimento com agilidade, competência e segurança. O curso do CFF abriu as portas para eu ir em busca de mais conhecimento”, declarou a farmacêutica.

Simone ainda usou as informações aprendidas para aplicar na vida pessoal. Durante o módulo sobre saúde mental, juntamente com seus colegas e professores, entendeu que o seu tratamento para ansiedade e depressão não estava adequado e foi em busca de atendimento especializado: “identifiquei que precisava de ajuda, pois o tratamento não estava sendo suficiente. O curso, além promover o meu crescimento profissional, contribuiu com a minha saúde mental”.

Os cursos “Cuidado Farmacêutico” e “Prescrever em Problemas de Saúde Autolimitados” seguirão com a abertura de novas turmas, em 2022, já que o CFF continuará pautado na necessidade iminente de auxiliar o farmacêutico a assumir o papel clínico, a fim de prover serviços de saúde à população e transpor as demandas logísticas e gerenciais. [Acesse o site oficial](#) e fique atento às inscrições.



Locais e número de participantes dos cursos Cuidado Farmacêutico e Prescrever em 2021:

Cuidado farmacêutico no SUS	
Cuiabá (MT)	137
Joinville (SC)*	55
Subtotal	192
Cuidado Farmacêutico	
Cuiabá (MT)	193
Rio Branco (AC)	197
Santa Catarina	281
Altamira (PA)*	60
Roraima	127
Subtotal	858
Prescrever	
Amapá	218
Belém I (PA)*	198
Belém II (PA)*	214
Castanhal (PA)*	116
Marabá (PA)*	119
Redenção (PA)*	114
Santarém (PA)*	188
Rio de Janeiro	188
Rio Grande do Norte	315
Distrito Federal	268
Paraná	301
Roraima	154
Maranhão	292
Palmas (TO)*	133
Sergipe	77
Bahia	325
Ceará	303
Campo Grande (MS)*	89
Rondônia	206
Paraíba	360
Subtotal	4113
Total	5163

*Cursos ministrados no formato presencial



Conheça a Diretoria eleita para 2022/2023

Por Murilo Caldas, jornalista

O ano de 2021 terminou com a eleição da Diretoria do Conselho Federal de Farmácia (CFF) para o biênio 2022/2023. O processo eleitoral ocorreu, na manhã do dia 17 de dezembro com a presença de todos os 27 conselheiros federais. A chapa vencedora e, também, a única que concorreu, estará por mais dois anos à frente da entidade pelos votos favoráveis da maioria absoluta. No total, foram registrados 26 votos a favor e um único voto nulo pela continuidade do projeto que vem sendo desenvolvido, desde 2012, que culminou na aprovação da Lei 13.021, em 2014. Essa norma federal reafirmou as farmácias de todo o país como unidades de prestação de serviços destinadas à assistência farmacêutica à saúde da população. A Lei, também, reforçou a obrigatoriedade da presença do farmacêutico durante todo horário de funcionamento desses estabelecimentos.

A nova diretoria é composta pelos conselheiros federais de Farmácia, Walter Jorge João (PA), presidente; Lenira da Silva Costa (RN), vice-presidente; João Samuel de Moraes Meira (PB), tesoureiro; e Luiz Gustavo de Freitas Pires (PR), secretário-geral. Com sua reeleição, o presidente amplia a já enorme responsabilidade no exercício do cargo, responsabilidade essa que, ele ressaltou, precisa ser dividida com cada um dos 27 colegas integrantes do Plenário do CFF. “O que tenho a dizer a vocês para os próximos dois anos é que manteremos a mesma disposição de luta pelas causas da profissão, a exemplo do que temos feito diante de todos os desafios que temos enfrentado, e que são muitos”, disse o presidente reeleito.



A nova diretoria é composta pelos conselheiros federais de Farmácia, Walter Jorge João (PA), presidente; Lenira da Silva Costa (RN), vice-presidente; João Samuel de Moraes Meira (PB), tesoureiro; e Luiz Gustavo de Freitas Pires (PR), secretário-geral

Em seu discurso, Walter Jorge João destacou sua história de luta pela Farmácia e fez questão de frisar que as conquistas da profissão nos últimos anos não foram obra de uma única pessoa, do presidente do conselho. São conquistas de um grupo consolidado, que encontra grande apoio dos colaboradores do conselho e dos farmacêuticos. “Tenho de agradecer muito a Deus por ter colocado na minha trajetória todas essas pessoas”, comentou ele, lembrando dos grandes embates que será necessário enfrentar nos dois próximos anos. “São muitos projetos de lei e muitas ações, no Congresso Nacional, na Justiça, todas remando contra a profissão. Temos de ter cuidado e vigilância”, alertou.

O conselheiro federal de Farmácia pela Bahia foi reeleito para exercer o seu terceiro mandato. Altamiro José dos Santos atribui a continuidade no cargo ao reconhecimento dos farmacêuticos baianos pelo trabalho que vem sendo desenvolvido pelo CFF nos últimos anos. “Além desse reconhecimento, essa reeleição se dá, também, de um modo muito especial, pela minha presença no estado da Bahia. Mesmo com mandato federal, estive muito presente em meu estado, sempre atuando com dedicação e atento às necessidades dos farmacêuticos. Esses esforços seguirão por mais um mandato em que pretendo contribuir ainda mais com a regulamentação e com os avanços da profissão farmacêutica”, afirmou Altamiro.

“
São muitos projetos de lei e
muitas ações, no Congresso
Nacional, na Justiça, todas
remando contra a profissão.
**Temos de ter cuidado e
vigilância**

Walter Jorge João
Presidente do CFF



Essa união entre a entidade e a categoria será essencial, de acordo com Walter Jorge João, para o conselho ampliar essas conquistas dos últimos anos, marcadas por, entre outros avanços, consolidação do serviço de vacinas em farmácias; aprovação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia (DCNs); aprovação dos códigos da CNAE para o consultório e os serviços farmacêuticos; posicionamento contundente contra o ensino a distância (EaD) na graduação; e a capacitação de milhares de farmacêuticos, por meio dos cursos Cuidado Farmacêutico, Prescrever, Serviços de Vacinação por Farmacêuticos e Testes Rápidos.

De acordo com o presidente, a luta em defesa da profissão será árdua e já para o início do ano está prevista a convocação de reunião do Fórum Nacional de Luta pela Valorização da Profissão Farmacêutica, entidade que fez história ao coordenar o movimento que resultou na aprovação da Lei nº 13.021/14. “Temos como prioridade, os projetos de lei que instituem o piso salarial nacional para o farmacêutico, pois o CFF está em campanha permanente pelos direitos do farmacêutico a uma remuneração justa, jornada e condições adequadas de trabalho e respeito à sua autoridade técnica”, comentou o presidente.

A vice-presidente Lenira da Silva Costa, reeleita pelo Rio Grande do Norte, disse estar feliz com a recondução ao cargo de vice-presidente. “Esperamos poder continuar contribuindo para o crescimento da profissão. Paranós, é uma honra representar a categoria frente ao conselho federal”. O diretor-tesoureiro João Samuel Meira agradeceu aos conselheiros federais que o elegeram, pela confiança em seu trabalho, e aproveitou para desejar um excelente 2022 a todos. “Um grande abraço, um ano novo de sucesso e muita disposição para avançarmos ainda mais na profissão”.

O conselheiro paraense Gustavo Pires, que agora integra a Diretoria como secretário-geral do conselho, agradeceu a confiança dos colegas de plenário e reafirmou seu compromisso de continuar lutando por conquistas aos farmacêuticos paraenses e brasileiros. “Vamos seguir inovando na representação da categoria, pautando temas e lutas durante tanto tempo almejados por quem faz da Farmácia a área da saúde mais próxima da população”.

Conselheiros federais

Na mesma plenária, antes da eleição da Diretoria, foram diplomados os conselheiros federais de Farmácia efetivos e suplentes eleitos para os quadriênios 2022/2025 e 2023/2026 (veja lista abaixo). Aos conselheiros federais de Farmácia Romeu Neto (AC), Marcelo Rosa (MA), Forland Oliveira (DF) e Erlandson Uchôa (RR), que encerraram seus mandatos, foram entregues certificados por relevantes serviços prestados à profissão farmacêutica.

Mandato 2022/2025

Acre



Titular: Isabela de Oliveira Sobrinho

Suplente: Clayton Alves Pena

Amapá



Titular: Carlos André Oeiras Sena

Suplente: Márlisson Octávio Rêgo

Bahia



Titular: Altamiro José dos Santos
Suplente: Edimar Caetité Júnior

Mato Grosso do Sul



Titular: Márcia Regina Cardeal G. Saldanha
Suplente: Fabiana Vicente De Paula

Distrito Federal



Titular: Gilcilene Maria dos Santos Al Chaer
Suplente: Forland Oliveira Silva

Roraima



Titular: Adonis Motta Cavalcante
Suplente: Erlandson Uchôa Lacerda

Maranhão



Titular: Gizelli Santos Lourenço Coutinho
Suplente: Milca Vasconcelos Silva

Vamos seguir inovando na representação da categoria, pautando temas e lutas durante tanto tempo almeçados por quem faz da Farmácia a área da saúde mais próxima da população

Gustavo Pires

Conselheiro federal de Farmácia pelo Paraná e secretário-geral eleito para a gestão 2022/2023

Mandato 2023/2026

Amazonas



Titular: Jardel Araújo da Silva
Suplente: Mie Muroya Guimarães

Paraná



Titular: Luiz Gustavo de Freitas Pires
Suplente: Mayara Cristiana Celestino de Oliveira

Goiás



Titular: Ernestina Rocha de Sousa e Silva
Suplente: Poatã Souza Branco Casonato

Sergipe



Titular: Maria de Fátima Cardoso Aragão
Suplente: Marcos Cardoso Rios

Mato Grosso



Titular: José Ricardo Arnaut Amadio
Suplente: Wagner Martins Coelho

Tocantins



Titular: Marttha de Aguiar Franco Ramos
Suplente: Anette Kelsei Partata

RE TROS PEC TIVA

Confira os principais fatos relativos à profissão farmacêutica e às atividades do CFF no ano que se encerrou, um ano de luta pela valorização profissional daqueles que estiveram o tempo todo na linha de frente do combate à pandemia e são protagonistas na corrida pelas vacinas

O ano de 2021 trouxe a esperança de contenção da pandemia da Covid-19, após a descoberta e a fabricação, em maior escala, de vacinas produzidas por diferentes farmacêuticas. Ainda podemos vivenciar essa mobilização de países do mundo todo para comprar, distribuir e aplicar os imunizantes, além de lidar com as novas cepas do vírus. Neste cenário, o Conselho Federal de Farmácia (CFF) seguiu firme em suas atividades e lutou, especialmente, pela vacinação prioritária dos mais de 230 mil profissionais inscritos nos conselhos regionais de Farmácia (CRFs) de todo o Brasil.

O CFF também se desdobrou para mitigar impactos da pandemia sobre a categoria, com ações como o congelamento, pelo terceiro ano consecutivo, dos valores das anuidades, e transformou 2021 num marco de luta pela valorização dos farmacêuticos, protagonistas em ações que garantiram uma retomada gradual da vida normal no país e no mundo. Em reconhecimento ao único profissional da saúde autorizado a assumir a responsabilidade técnica sobre a fabricação dos imunizantes, e que ainda esteve o tempo todo na linha de frente de combate à Covid-19, o conselho deflagrou uma campanha permanente por remuneração justa, jornada e condições de trabalho adequadas, adicional de insalubridade e respeito à autoridade técnica dos farmacêuticos.

No constante esforço do CFF para tornar a profissão farmacêutica ainda mais reconhecida e valorizada pela sociedade, a Revista Pharmacia Brasileira traz aqui um resumo das principais conquistas do conselho, que terminou 2021 com uma nova sede e com sua Diretoria e Plenário renovados (leia a reportagem sobre a eleição da nova Diretoria e a posse dos novos conselheiros na página 21). A publicação também destaca os principais fatos relacionados à profissão e temas que foram debatidos por grupos de trabalho (GTs), comissões assessoras e pelo Plenário do CFF, resultando nessa retrospectiva de ações do conselho, no ano de 2021.



Casa nova para os farmacêuticos

Uma grande conquista de 2021, entregue à categoria em 24 de setembro, véspera do Dia Internacional do Farmacêutico, foi a inauguração do edifício Sede II, construído ao lado da sede atual. O novo prédio agrega um patrimônio considerável aos mais de 230 mil farmacêuticos em atividade no país.

Se, antes, a sede já era funcional, planejada, adaptada e sustentável, com o anexo ela se torna ainda mais digna da profissão. A Sede II conta com auditório, local adequado para abrigar o Museu da Farmácia e mais conforto para as reuniões de comissões e grupos de trabalho que atuam para garantir a qualidade dos serviços farmacêuticos, o exercício ético da profissão e a valorização dos profissionais.



A placa de inauguração foi descerrada pelos diretores do CFF Walter Jorge João (presidente), Lenira da Silva Costa (vice-presidente), Erlandson Uchôa Lacerda (secretário-geral) e Samuel Meira (tesoureiro)

O presidente do CFF, Walter da Silva Jorge João, fez questão de lembrar como eram as diferentes casas que o conselho ocupou desde a sua fundação, há 60 anos. Os primeiros espaços, em São Paulo, e depois, no Edifício Seguradoras, em Brasília, eram bem acanhados. Em seguida, veio a sede da Asa Norte e, em 2014, a sede atual, no bairro Lago Sul, em Brasília. Para o presidente, essa evolução se compara à evolução que a profissão vivenciou em toda a sua história e, mais particularmente, a partir de 2012. “Hoje a Farmácia tem uma casa, de fato, à altura da categoria”, destacou.



O edifício Sede II do CFF é anexo à sede atual, em Brasília

Protagonismo farmacêutico

O mês de janeiro evidenciou o protagonismo dos farmacêuticos no processo de autorização do uso emergencial de vacinas contra a Covid-19. Em 17 de janeiro, a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o uso emergencial de duas vacinas contra o coronavírus, com base em estudo realizado pela Gerência Geral de Medicamentos.

Os resultados foram apresentados pelo gerente geral de medicamentos, farmacêutico Gustavo Mendes Lima, que também é membro do Grupo de Trabalho sobre Indústria do Conselho Federal de Farmácia (CFF), e por outros técnicos da agência.

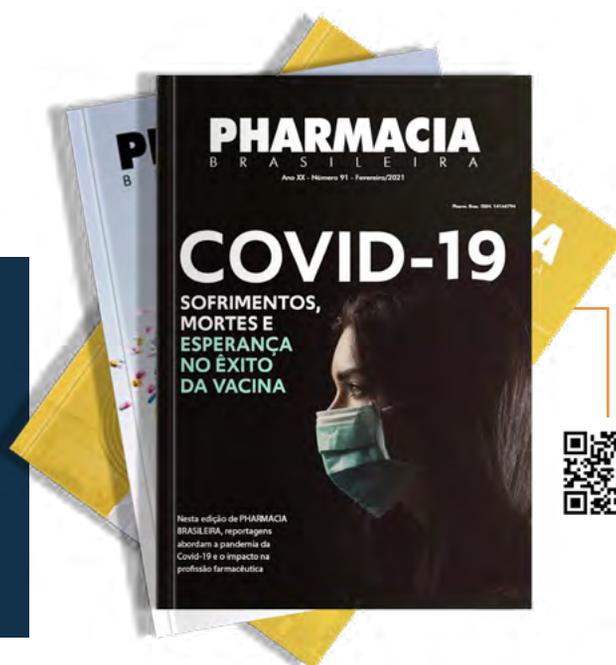
A decisiva atuação da categoria nesse processo de avaliação e aprovação de uso das vacinas ficou evidente. Com exceção do estatístico Leonardo Costa Filho, todos os demais responsáveis pela apresentação dos resultados dos estudos foram farmacêuticos, assim como a diretora relatora, Meiruze Freitas.



Foto: Anvisa

Meiruze Freitas, diretora relatora do processo de autorização do uso emergencial das primeiras vacinas contra a Covid-19, durante o anúncio na Anvisa: protagonismo dos farmacêuticos

Para destacar o protagonismo dos farmacêuticos na corrida pelas vacinas, a revista **Pharmacia Brasileira** retomou sua circulação com um tema especial. Com *layout* moderno e mais conteúdo, a tradicional publicação do Conselho Federal de Farmácia (CFF) trouxe como tema, em sua primeira edição de 2021, a vacinação contra a Covid-19. As reportagens também abordaram a pandemia e os impactos causados na profissão farmacêutica. Outras três edições foram produzidas no ano.



Linha de frente

Os farmacêuticos estiveram o tempo todo na linha de frente do combate à Covid-19 e, às vésperas do Dia do Trabalhador, 1º de maio, foram homenageados pelo seu trabalho incansável em prol da saúde das pessoas. Em 30 de abril, o presidente do CFF, Walter da Silva Jorge João, recebeu das mãos do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e da secretária de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS), Mayra Pinheiro, uma placa de homenagem à categoria. O ato solene ocorreu durante a 4ª Reunião da Comissão Intergestora Tripartite – 2021, realizada na sede da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS).

Na ocasião, foi lançada a campanha “Proteja, Invista, Juntos – 2021: Ano Internacional dos Trabalhadores da Saúde e Cuidadores”, iniciativa da SGTES/MS, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Consems) e a OPAS/OMS. A campanha atende ao chamado da OMS e visa à valorização dos trabalhadores da saúde, por meio de propaganda institucional, mas, também, de uma carta de intenções entre os órgãos participantes.



O presidente do CFF, Walter da Silva Jorge João, recebe a homenagem das mãos do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e da secretária da SGTES/MS, Mayra Pinheiro (E). A entrega foi acompanhada pela representante da OPAS/OMS, Socorro Gross

Vacinas em farmácias

O ano de 2021 foi um marco na consolidação do papel dos farmacêuticos como vacinadores e das farmácias como pontos de serviços de vacinação. Esses foram mais um fruto da luta que o CFF coordena, desde 2012, e que já culminou na aprovação da Lei nº 13.021/2014, autorizando as farmácias a dispor de soros e vacinas; na publicação da RDC/Anvisa nº 197/2017, estabelecendo os requisitos mínimos para os serviços de vacinação; e na revogação da Portaria Conjunta Funasa/Anvisa nº 001/2000, que rompeu com o monopólio de quase 20 anos das clínicas médicas de vacinação.

Farmácias privadas, que já vinham colaborando com a campanha nacional de vacinação contra a gripe desde 2020, tornaram-se pontos de vacinação contra a Covid-19. Isso aconteceu em São Paulo, onde uma rede de drogarias fechou parceria com a prefeitura local para instalar pontos de vacinação contra a doença causada pelo coronavírus em 14 unidades.

Segundo dados divulgados pela Associação Brasileira de Redes de Farmácia (Abrafarma), as grandes redes dispõem de mais de 4,5 mil unidades com salas de imunização e cerca de 7 mil farmacêuticos vacinadores, com capacidade de aplicar mais de 2 milhões de doses por semana, seguindo todos os critérios de segurança estabelecidos contra a Covid-19.

O talento humano,
nesta pandemia,
é o único recurso que
não podemos expandir,
porque não podemos comprar.
Somente podemos desenvolver

Socorro Gross
Representante da OPAS/OMS

Imunização para todos



O tesoureiro do CFF, Samuel Meira, e os integrantes do Grupo de Trabalho pela Imunização dos Farmacêuticos, reuniram-se com o secretário de Vigilância em Saúde do MS, o farmacêutico Arnaldo Correia Medeiros, e cobraram a imunização dos farmacêuticos

Em 20 de janeiro, quando se iniciou a vacinação contra a Covid-19 na maioria dos estados brasileiros, também foi celebrado o Dia Nacional do Farmacêutico. Além de reiterar a mensagem da campanha “Farmacêuticos são essenciais. E merecem nosso reconhecimento”, o CFF intensificou sua luta pela imunização prioritária dos profissionais.

Pelo seu papel indispensável durante a pandemia, os farmacêuticos foram incluídos no grupo prioritário do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, do Ministério da Saúde. Mas, no início da campanha, as doses eram insuficientes. Diante das dificuldades, o CFF chegou a cogitar a possibilidade de aquisição de imunizantes, mas acabou sepultando a ideia, em favor da luta pelo acesso integral, público e gratuito para todos os que estavam na linha de frente.

Em 26 de janeiro, o CFF e a Sociedade Brasileira de Farmacêuticos e Farmácias Comunitárias (SBFFC) publicaram um manifesto às autoridades de saúde e gestores públicos, reivindicando o cumprimento da prioridade para farmacêuticos e outros colaboradores das farmácias públicas e privadas. E, no dia 1º de fevereiro, reforçou o apelo em outro manifesto, assinado conjuntamente com a Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (SBAC), pelos farmacêuticos analistas clínicos e técnicos de laboratório. O conselho também solicitou, formalmente, aos conselhos regionais de Farmácia, o

acompanhamento mais próximo da operacionalização da campanha de imunização pelos gestores locais.

No mês de março, o CFF criou o Grupo de Trabalho pela Imunização dos Farmacêuticos, com a missão de solucionar entraves à vacinação da categoria. Uma das estratégias foi o lançamento de um “vacinômetro”, para medir e monitorar o andamento da vacinação dos profissionais nos estados.

Por mais de uma vez, o grupo se reuniu com gestores do Ministério da Saúde para cobrar providências quanto às dificuldades de acesso à vacina, especialmente àqueles profissionais lotados nas farmácias e drogarias. Um dos resultados desses encontros, foi a emissão de ofício pelo Ministério da Saúde, reiterando que farmacêuticos eram prioridade, independentemente do local de trabalho, e incluindo no grupo prioritário estudantes de Farmácia que estavam estagiando em estabelecimentos de saúde.



A Reunião Ordinária nº 501, em 25 de fevereiro, foi iniciada pelo Plenário do CFF com um minuto de silêncio em respeito aos mais de 250 mil mortos pela Covid-19, completados naquela ocasião.



Respeito à ciência

Em meio à desinformação e à corrida desenfreada da população por terapias contra a Covid-19, o CFF vem buscando, desde o início da pandemia, cumprir o seu papel de zelar pela saúde pública e de promover o uso racional de medicamentos.

A primeira reunião plenária do conselho, no ano de 2021, de nº 500, ocorreu em 28 de janeiro, quando havia uma grande repercussão do chamado “tratamento precoce”. Os conselheiros deliberaram, então, pela divulgação de uma nota sobre o tema em apoio à assistência à saúde baseada em evidências científicas. No texto, o conselho reconheceu a autonomia e a responsabilidade dos médicos na prescrição de qualquer tratamento para uso *off label*, mas ressaltou as responsabilidades e obrigações legais dos farmacêuticos, às quais embasam sua autoridade técnica na dispensação de medicamentos. [Clique aqui e acesse.](#)



Desabastecimento de medicamentos

Em março, quando os hospitais atravessavam uma grande crise por conta da escassez de medicamentos essenciais à qualidade da assistência e à manutenção da vida de pacientes em estado grave, com Covid-19 e doenças autoimunes, novamente, o CFF se manifestou por meio de nota. O conselho lembrou que, no caso de alguns dos medicamentos em falta, como a imunoglobulina e tocilizumab, não havia sequer base científica de eficácia contra a Covid-19. E mais uma vez, apelou pelo uso racional dos medicamentos, para que a pandemia não fizesse vítimas também entre pessoas com outras doenças tão graves quanto a Covid-19. O CFF ainda reiterou a importância de serem respeitadas as medidas como o uso de máscaras e o distanciamento social, visando à redução da sobrecarga dos serviços de saúde, e reivindicou que todas as medidas possíveis fossem adotadas, no sentido de garantir a imunização da população o mais rápido possível.

Campanhas

Descarte aqui

No mês de maio, quando se comemora o Dia do uso Racional de Medicamentos (05/05), o CFF realizou a sua segunda campanha nacional de conscientização sobre os riscos da automedicação e do uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia. Depois de alertar sobre o aumento exacerbado das vendas de hidroxicloroquina, ivermectina, vitamina D e outros medicamentos do chamado “Kit Covid”, constatado por meio do monitoramento realizado em parceria com a consultoria IQVIA, desde março de 2020, o CFF chamou atenção sobre os perigos do descarte incorreto de medicamentos.

O alerta focou nos itens que tiveram circulação aumentada por causa da Covid-19, como a ivermectina, que registrou aumento de 857% nas vendas, nos 12 meses subsequentes ao registro do primeiro caso da doença no país. Para se ter uma ideia, mais de 20 toneladas de azitromicina foram parar na casa das pessoas durante a pandemia. A proposta foi estimular o cumprimento do Decreto 10.388, de 5 de junho de 2020, quanto ao descarte adequado de medicamentos vencidos e não utilizados. Pelo dispositivo legal, a partir de setembro, as farmácias e drogarias de capitais e de municípios com mais de 500 mil habitantes estão obrigadas a iniciar a instalação de, no mínimo, um ponto fixo de recebimento para cada dez mil habitantes. Após um ano, a providência atingirá estabelecimentos de municípios com população a partir de 100 mil habitantes.

Para incentivar o descarte correto e a adesão das farmácias e dos farmacêuticos à legislação, o conselho está empenhado em cadastrar todos os pontos de coleta existentes no país, por meio do site descarteaqui.cff.org.br. O cadastramento é voluntário e, por enquanto, está restrito às farmácias registradas nos conselhos regionais de Farmácia, podendo ser efetuado,

exclusivamente, pelo farmacêutico responsável técnico de cada estabelecimento. Depois, será estendido a outros estabelecimentos, além das farmácias. O cadastramento será permanente.

Uso racional de medicamentos

Visando ao uso racional de medicamentos e também com o intuito de estimular a participação do farmacêutico no cuidado à saúde mental das pessoas, o CFF pesquisou, também em parceria com a consultoria IQVIA, o desempenho nas vendas de medicamentos de uso psiquiátrico durante a pandemia.

A venda de antidepressivos e estabilizadores de humor, por exemplo, aumentou 13% nos primeiros 5 meses do ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, considerando unidades de medicamentos (cápsulas ou comprimidos) comercializados nas farmácias e drogarias. Na divulgação dos dados sobre o impacto da pandemia na saúde mental das pessoas, o CFF alertou para o grande desafio de garantir o melhor custo benefício dos tratamentos, com o diagnóstico correto pelo médico e o uso seguro e racional, acompanhado pelo farmacêutico.

“Nem toda alteração no sono, nem todo sentimento de tristeza ou solidão, ou mesmo o estresse gerado pela exposição ao risco de contágio na pandemia, caso dos trabalhadores da saúde e das atividades essenciais, constituem, a priori, um transtorno em saúde mental passível de ser tratado com medicamento. E mesmo que haja uma indicação de sofrimento psíquico que caracterize um transtorno ou problema de saúde, isso não significa que será necessário, de imediato, o uso de algum medicamento. A abordagem mais segura e que implica em maior benefício, na maioria absoluta dos casos, terá que ser sempre centrada nas pessoas e não nos medicamentos”, alertou o farmacêutico Wellington Barros, consultor *ad hoc* do CFF.



Piso salarial e outros direitos

O ano de 2021 ficou marcado pela tomada de posição do CFF em defesa dos direitos e prerrogativas dos farmacêuticos. Foi o ano em que o conselho deflagrou um movimento permanente em defesa de uma remuneração justa, do adicional de insalubridade, da jornada e condições de trabalho adequadas e do respeito à autoridade técnica do farmacêutico. E, pela primeira vez, esses foram os temas da campanha pelo Dia Internacional do Farmacêutico, comemorado em 25 de setembro.

Além da categoria, a campanha teve como público-alvo autoridades constituídas e a população em geral. A partir da iniciativa, ações estratégicas têm buscado estimular o envolvimento dos profissionais, como o lançamento do *hotsite* valorizeofarmacutico.cff.org.br e das *hashtags* #ValorizeoFarmacêutico e #CuidadoParaQuemCuida.

Principal canal de comunicação do movimento, o site reúne todos os projetos de lei (PLs) de interesse dos farmacêuticos e da saúde pública, sejam eles positivos ou negativos. Como exemplos de propostas a serem combatidas, podem ser citadas a da venda de medicamentos em supermercados e a que institui a figura do farmacêutico remoto. Entre os PLs que merecem ter sua aprovação defendida, estão os que preveem o adicional de insalubridade, estabelecem a redução da jornada de trabalho e instituem o piso salarial nacional para os profissionais. Estes últimos são:

- **PL nº 1.559/2021**, de autoria do deputado federal André Abdon, a partir de uma articulação do CFF, que estabelece o valor de R\$ 6.500,00 para farmacêuticos da rede privada;
- **PL nº 2.028/2021**, de autoria da deputada federal e farmacêutica, Alice Portugal, com previsão de R\$ 8.360,00, incluindo os profissionais que atuam no serviço público; e
- **PL nº 3.502/2021**, de autoria do deputado federal Cleber Verde, que prevê o valor de R\$ 6.600,00 mensais, para uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, acrescidos de 10% para os profissionais com assunção da responsabilidade técnica (RT). Este PL ainda estabelece que os salários de técnicos e de auxiliares em farmácia corresponderão a 50% e a 30% do piso dos farmacêuticos, respectivamente.

Os três PLs do piso tramitam conjuntamente e, assim como todos os outros que estão listados no site, figuram na agenda prioritária do CFF, com atenção redobrada da Assessoria Parlamentar e da Comissão Parlamentar do CFF. A Comissão Parlamentar é formada por conselheiros federais de Farmácia, dirigentes de CRFs e integrantes dos plenários dos regionais.

VALORIZE O FARMACÊUTICO!

ELE SEMPRE
ESCOLHE O MELHOR
CAMINHO PARA
GARANTIR O SEU
BEM-ESTAR

ELE CONTRIBUI
EM PESQUISAS PARA
O ENFRENTAMENTO
DA COVID-19

ELE MERECE
UM PISO SALARIAL
NACIONAL
COMPATÍVEL
COM AS SUAS
ATRIBUIÇÕES!

ELE É O
RESPONSÁVEL
PELA PRODUÇÃO
DAS VACINAS
CONTRA A
COVID-19

É SEU DIREITO
CONTAR COM
CONDIÇÕES DE
TRABALHO
APROPRIADAS ÀS
SUAS FUNÇÕES

ELE TRABALHA
PELA SUA
QUALIDADE
DE VIDA

O APOIO DO
LEGISLATIVO É
FUNDAMENTAL PARA
GARANTIR QUE O
FARMACÊUTICO
POSSA ATUAR COM
DIGNIDADE, PELA
SUA SAÚDE

Um dos últimos compromissos do ano em defesa dos PLs do piso foi a audiência do presidente do CFF, Walter da Silva Jorge João, e de outros representantes do conselho e da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar), com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. A agenda foi intermediada pela deputada Alice Portugal. Arthur Lira mostrou-se receptivo e disposto a contribuir. Logo após a reunião, Alice Portugal apresentou o [Requerimento nº 2615/2021](#), pela inclusão, na ordem do dia do Plenário da Câmara dos Deputados, do PL 2028/2021.



Deputado federal André Abdon apresenta o texto do PL de sua autoria, em articulação com o CFF, aos conselheiros federais, durante a Reunião Plenária



Presidente do CFF e outros representantes do conselho e da Fenafar participam de audiência com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira

O movimento Valorize o Farmacêutico propõe, ainda, criar o Observatório da Profissão Farmacêutica, para subsidiar as ações dos conselhos de Farmácia em busca de soluções aos gargalos da profissão. Por meio do Observatório, será realizada a 2ª edição da pesquisa o Perfil do Farmacêutico no Brasil. Também estão previstos, a criação do Comitê de Direitos e Prerrogativas Profissionais no CFF e o fomento à reprodução dessas estruturas nos CRFs; assim como a convocação do Fórum Nacional de Luta pela Valorização da Profissão Farmacêutica (para o início de 2022); e a realização de atos políticos em Brasília.

Audiência na EBSERH

O pagamento de insalubridade, a ampliação de vagas e as melhorias na assistência farmacêutica foram defendidas no dia 16 de junho, em audiência na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Os representantes do CFF foram recebidos pelo presidente da estatal, Gen. Oswaldo Ferreira, o vice-presidente, Gen. Eduardo Vieira, e o coordenador de Estratégia e Inovação, Leandro Ambrósio. A vice-presidente do conselho, Lenira da Silva Costa, apontou o subdimensionamento do quadro de farmacêuticos como causa da sobrecarga de trabalho dos empregados públicos, solicitando a contratação de novos concursados.



Representantes do CFF reivindicam a gestores da Ebserh, pagamento de insalubridade e ampliação de vagas

A pauta seguiu com a sensibilização da Presidência, no sentido de contradizer a mudança da base de cálculo do valor da insalubridade, tema exposto pelo conselheiro federal pelo Ceará, Egberto Feitosa, que esteve presente à reunião, juntamente com o presidente do CRF-CE, Josémaria Silva.

Em relação ao quantitativo de vagas, o presidente da Ebserh informou que há levantamento institucional em curso para a padronização do número de cargos nas unidades da rede que resultará em maior agilidade no preenchimento dos espaços farmacêuticos existentes. Sobre a insalubridade, ele informou que até dezembro de 2021, não haverá mudanças. O conselho seguirá cobrando soluções!

Campanhas em parceria

Além dessas duas grandes campanhas próprias, do Dia Nacional do URM e do Dia Internacional do Farmacêutico, o CFF realizou várias outras campanhas educativas durante o ano de 2021. Foram trabalhados temas como o Outubro Rosa, em campanha de alerta sobre o câncer de mama e de colo do útero; o Novembro Azul, dedicado à saúde masculina; e a prevenção às arboviroses (dengue, chikungunya e zika). Mas, algumas campanhas em parceria com outras entidades também merecem destaque. São elas:

Aja agora para um parto seguro e respeitoso

No mês de agosto, o CFF se uniu a um grupo de oito entidades, entre as quais, a Sociedade Brasileira pela Segurança do Paciente (Sobrasp), para criar a Aliança Nacional para o Parto Seguro e Respeitoso. A Aliança Nacional foi criada atendendo o chamado da Organização Mundial da Saúde (OMS), que elegeu o “cuidado materno e neonatal seguro” como tema do ano para o Dia Mundial da Segurança do Paciente, comemorado em 17 de setembro. O conselho é integrante do grupo executivo do movimento e colaborou, por meio da sua Coordenação de Imprensa, com o desenvolvimento e execução da campanha Aja agora para um parto seguro e respeitoso. Foi o CFF o órgão que produziu o site e os dois vídeos oficiais da campanha.

A Aliança Nacional já conta com mais de 50 entidades participantes e tem, entre outros propósitos, o de conquistar adesões às diretrizes para o parto seguro e respeitoso. Em 28 de setembro, uma carta de intenções foi assinada pelo Ministério da Saúde, por meio do secretário de Atenção Básica, Raphael Parente. Na solenidade, o CFF foi representado por sua vice-presidente, Lenira da Silva Costa.

“Entendemos que os farmacêuticos, em diferentes áreas, como a Farmácia Clínica, as Análises Clínicas e a Farmácia Hospitalar, são essenciais para que os objetivos propostos sejam integralmente atingidos”, destacou a vice-presidente do CFF.



Dia Mundial da Voz

Em alusão ao Dia Mundial da Voz, 14 de abril, pela primeira vez, o CFF aderiu à campanha Amigos da Voz. Em sua 16ª edição, a iniciativa da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia e do Sistema Conselhos de Fonoaudiologia teve, em 2021, o tema Sua Voz Diz Muito Sobre Você.

O CFF alertou sobre os danos que os medicamentos podem causar à saúde vocal. O assunto foi abordado em entrevista à rádio News Farma, concedida pela farmacêutica da Coordenação Técnica e Científica do CFF, Alessandra Russo, e pela fonoaudióloga Luisa Catoira. Bruno Gouveia, vocalista da banda Biquini Cavado e paciente de Luisa Catoira, participou com um depoimento. Ele contou que sofreu graves consequências ao passar a se automedicar com corticoides de uso sistêmico, em função do ritmo frenético e da correria dos shows. O resultado foi que o músico ficou dependente dos medicamentos para manter a voz plena. Com a orientação da fonoaudióloga, conseguiu buscar soluções não farmacológicas para manter a saúde vocal.

Com a iniciativa, o CFF quis mostrar a grande importância do farmacêutico se engajar em ações de prevenção e promoção da saúde vocal, principalmente no que diz respeito à orientação sobre o uso de medicamentos que possam ocasionar danos diretos ou indiretos à voz, bem como para informar sobre os graves riscos da automedicação. O conteúdo da entrevista está disponível no [site do CFF](#).



Novembro verde

Em parceria com a Associação Brasileira de Farmacêuticos Homeopatas (SBFH), o CFF divulgou a campanha Novembro Verde, que tem como foco ampliar a utilização da homeopatia pelos sistemas de saúde, especialmente no âmbito do SUS. O slogan “Trate-se com Homeopatia” convida a população brasileira a conhecer e buscar essa prática. O movimento tem site próprio e logo oficial que pode ser baixado e utilizado em peças de divulgação – para conhecer, [visite o site](#).

Conscientização sobre antimicrobianos

O CFF aderiu à “Semana Mundial da Conscientização sobre o Uso de Antimicrobianos”, criada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A semana acontece todo mês de novembro, entre os dias 18 e 24. O tema de 2021 foi “Espalhe consciência, pare a resistência”. Um informe técnico foi produzido pelo Centro Brasileiro de Informação sobre Medicamentos (Cebrim/CFF), e está disponível [aqui](#).

Farmacêutico na saúde pública



CFF recebe representantes do Ministério da Saúde para tratar sobre a importância do farmacêutico no cuidado à saúde pública

Em 2021, o CFF recebeu representantes do Ministério da Saúde para tratar sobre a importância do farmacêutico no cuidado à saúde pública e na promoção do uso racional de medicamentos. Em visita à sede do conselho, em Brasília, no dia 22 de setembro, o secretário executivo do órgão, Rodrigo Cruz, manifestou sua compreensão de que “os farmacêuticos são fundamentais à prestação de um serviço público e de um serviço privado de saúde com qualidade para o usuário”.

Rodrigo Cruz esteve no CFF acompanhado do secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, Hélio Angotti, e da diretora do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF), Sandra Barros. O propósito da visita foi estreitar as agendas e pensar em pautas importantes para o conselho e para o ministério, que têm esse objetivo único. “Farmacêuticos são uma parte essencial na dispensação dos medicamentos e têm que ser valorizados, ser muito respeitados e reconhecidos pelo trabalho que fazem e ainda farão”, declarou.

Inserção na Estratégia de Saúde da Família

O CFF trabalha, também junto ao Congresso Nacional, pela inclusão do farmacêutico no SUS. O conselho apoia o Projeto de Lei nº 4381/2021, apresentado à Câmara dos Deputados em 10 de dezembro, pela deputada Alice Portugal, prevendo a incorporação do farmacêutico às equipes da Estratégia da Saúde da Família (ESF). O programa foi considerado prioritário para o desenvolvimento da atenção primária à saúde na rede pública.

A inserção dos farmacêuticos no SUS é algo que o conselho vem buscando incansavelmente nos últimos anos. Várias iniciativas do CFF, neste sentido, têm provocado mudanças representativas no cenário da saúde pública. Uma dessas medidas, foi a sensibilização do Ministério da Saúde para a atualização da Tabela do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais (SIGTAP/OPMs), com novos códigos para viabilizar a remuneração, aos municípios, dos procedimentos realizados por farmacêuticos.

Uma lei que inclua os farmacêuticos nas equipes da ESF vem a coroar esses esforços e, sendo aprovada, sem dúvida encontrará profissionais muito mais bem preparados para a atuação clínica, uma das bases do cuidado em saúde. Nossos parabéns à deputada e nosso apoio ao PL.

Defesa do DAF e dos genéricos

Dois grandes patrimônios da saúde pública, o Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Farmacêuticos (DAF), do Ministério da Saúde, e os medicamentos genéricos foram ameaçados, em 2021, e o CFF se posicionou de forma contundente em favor dos interesses do cidadão.

Reunidos em sua 507ª Reunião Plenária, em 30 de julho, os conselheiros federais de Farmácia deliberaram por se manifestarem contra a desestruturação do DAF, que, à ocasião, estaria sendo cogitada pelo Ministério da Saúde.

No texto, os conselheiros destacaram que tal proposta representaria uma ameaça aos mais de 150 milhões de brasileiros que dependem da assistência farmacêutica pública, e caminharía na contramão da razão, diante do Desafio Global, lançado em 2017, pela OMS, de reduzir pela metade, em um prazo de cinco anos, os danos graves e evitáveis causados pelos medicamentos. Os conselheiros federais defenderam que o DAF fosse mantido e tivesse sua atuação ampliada.

A defesa dos genéricos foi necessária após uma reportagem veiculada em programa de TV de grande audiência, em que a intercambialidade de medicamentos de referência pelos genéricos ou similares foi classificada como “empurroterapia”. Em nota, o CFF lembrou que essa substituição é permitida no país como atividade privativa do farmacêutico, desde que não haja manifestação contrária por parte do prescritor. “Medicamentos genéricos são um patrimônio da saúde pública no Brasil e o estímulo ao seu uso é uma prática benéfica ao paciente, não devendo ser confundido com a empurroterapia”, destacou o texto.

A contratação de uma empresa privada para gerir a logística de medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde de Mato Grosso do Sul, com a implantação de um sistema de entrega domiciliar de medicamentos do Componente Especializado e adquiridos em processos de judicialização, suscitou do Plenário do CFF, manifestação em defesa assistência farmacêutica pública, em 25 de junho. O tema foi trazido ao pleno pela conselheira federal de Farmácia pelo Mato Grosso do Sul, Márcia Saldanha, e os conselheiros reafirmaram seu compromisso com a luta pela estruturação da assistência farmacêutica pública e gratuita.

Prescrição eletrônica



Representantes do CFF participaram de lançamento realizado na sede do CFM, em Brasília

A pandemia de Covid-19 apressou a regulamentação da telemedicina no país, mas a prescrição eletrônica já era observada nas farmácias antes mesmo da chegada do coronavírus ao Brasil. Em 2019, o CFF já discutia o tema. A preocupação com a segurança do paciente sempre foi o foco do debate que levou a ações como a criação do Grupo Interinstitucional de Trabalho sobre Farmácia Digital, à realização do evento virtual A Farmácia na Era da Disrupção e à participação no desenvolvimento do Site Validador de Assinaturas Eletrônicas em Documentos Digitais de Saúde, em parceria com o Conselho Federal de Medicina (CFM) e o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI).

O site viabilizou uma ampla utilização da receita digital durante o período de isolamento social. O mais novo produto desse esforço conjunto pela qualificação da prescrição eletrônica, da receita digital e da telemedicina, materializou-se em 2021, com o lançamento em 1º de dezembro, da nova plataforma de

prescrição eletrônica e outros documentos médicos (veja o passo a passo para se cadastrar abaixo).

O objetivo da plataforma, que utiliza o certificado digital padrão ICP-Brasil, é favorecer uma conexão mais ágil, segura e efetiva entre médicos, pacientes e farmacêuticos. A participação do CFF em seu desenvolvimento visa, além da segurança do paciente, que a ferramenta esteja plenamente adaptada à rotina de trabalho nas farmácias. Para sua ampla utilização, o CFM está disponibilizando a todos os médicos regularmente inscritos e adimplentes, o Certificado Digital Gratuito. O mesmo caminho deverá ser seguido pelo CFF em relação aos farmacêuticos, já para o ano de 2022.

Como se cadastrar na nova plataforma de prescrição médica eletrônica:

1. Acesse o site prescricaoeletronica.cfm.org.br
2. Na página principal, clique na opção “Você que é médico e farmacêutico, acesse a ferramenta”
3. Escolha a opção “Farmacêutico”
4. Clique em “Cadastre-se”
5. Preencha o formulário com número do CRF, Unidade Federativa, CPF, número de telefone, nome completo e e-mail (utilizar o e-mail cadastrado no CRF).

Pronto! Você estará automaticamente cadastrado para validar as prescrições e registrar a dispensação na plataforma. Saiba como, [clikando aqui](#).

IMPORTANTE! A base de dados utilizada pela plataforma é fornecida pelo seu CRF. Se não conseguir finalizar seu cadastro, atualize seus dados no CRF e solicite a retransmissão deles ao CFF).



Telemedicina

O CFF está vigilante, também no Congresso Nacional e na Anvisa, quanto à qualificação da prescrição eletrônica e da receita digital. No dia 10 de maio, o conselho participou de audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados para debater o Projeto de Lei nº 998/20, que autoriza o Conselho Federal de Medicina (CFM) a regulamentar os procedimentos mínimos para a prática da telemedicina.

Representando o presidente do CFF, Walter da Silva Jorge João, a assessora da diretoria, Josélia Frade, propôs que o debate incorpore todos os profissionais de saúde prescritores, de forma a possibilitar que a utilização da tecnologia possa aumentar a segurança e a efetividade no uso de medicamentos, bem como melhorar a gestão dos sistemas de saúde. “A dispensação precisa ser ressignificada, compreendida e valorizada como uma etapa fundamental à continuidade do cuidado”, comentou.

Anvisa

Em conjunto com o CFM e o ITI, o CFF encaminhou contribuições à [Consulta Pública nº 1.018/2021](#), visando à publicação de resolução que dispõe sobre os requisitos para a emissão, prescrição, aviamento, dispensação e guarda das receitas digitais de medicamentos sujeitos a controle especial, bem como de receitas de antimicrobianos e de produtos derivados de Cannabis emitidas em meio eletrônico. Essa resolução deve abordar todas as etapas de dispensação e prescrição de medicamentos, pois elas devem sempre ser vistas de maneira indissociável.

Graduação presencial em saúde



Representantes do CFF participaram de reunião da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados

Graduação em saúde

#EnsinoPresencialSIM

Nem toda prática se aprende a distância

A luta incansável do CFF pelo ensino presencial na graduação em saúde ganhou força em 2021. Com o empenho do conselho na sensibilização dos deputados federais, a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados deu total demonstração de compromisso com a qualidade do ensino de graduação em saúde. Em menos de duas semanas, manifestou-se por duas vezes, contrária ao EaD na graduação em saúde.

Em 17 de novembro, a comissão aprovou o Projeto de Lei nº 1171/2019, que altera o artigo 80 da Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para proibir o incentivo do desenvolvimento e veiculação de programas de ensino à distância em curso na área de saúde. Ao projeto de lei, estão pensados os PLs de números 1946/2021 e 1549/2019, este último vedando o EaD também na graduação em Engenharia e na Arquitetura. Em 3 de novembro, aprovou o PL 5414/2016, com teor semelhante. Os PLs seguirão agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(CCJC). Depois, ainda precisam ser encaminhados à apreciação do Senado. Com as decisões, os deputados demonstraram consonância com a defesa que o CFF vem fazendo em todas as instâncias decisórias sobre o tema. No mês de março, por exemplo, representantes do conselho foram recebidos pelo ministro da educação, professor Milton Ribeiro, para tratar da qualidade da formação profissional do farmacêutico no ensino de graduação e de pós-graduação em Farmácia.

O encontro foi viabilizado pelo conselheiro federal de Farmácia pelo Espírito Santo, Gedayas Medeiros, com o apoio do ex-senador Magno Malta e do senador Jorginho Mello. O então secretário-geral do CFF, Erlandson Uchôa, representou a Diretoria do CFF na reunião. De acordo com Gedayas Medeiros, o ministro manifestou apoio ao exame de proficiência no âmbito da profissão farmacêutica, que tem sido discutido já há algum tempo como alternativa para filtrar os profissionais que chegam ao mercado de trabalho.

Ensino de qualidade na pós-graduação

Outra preocupação constante do CFF é com a qualidade do ensino de pós-graduação. O entendimento do Sistema CFF/CRFs é o de que os conselhos regionais de Farmácia têm, ou deveriam ter, autoridade para negar a averbação de títulos de especialização profissional obtidos por meio de cursos *Lato Sensu* e cursos livres em desacordo com a legislação e o registro de diplomas de graduação de cursos que não cumprem as diretrizes curriculares nacionais. Mas está pacificado pela justiça que nenhum conselho profissional pode envolver-se na área educacional, que é restrita ao Ministério da Educação.

Diante da situação, como os conselhos devem proceder então, considerando a sua obrigação de zelar pela qualidade e a ética no exercício profissional e a sua responsabilidade por prover tais registros de títulos e diplomas se, em alguns casos, estes foram emitidos em desacordo com as leis e normas vigentes?

Essas questões geraram um intenso debate entre os membros do plenário, durante todo o ano de 2021, sem que os conselheiros tenham chegado a um consenso. Uma proposta de resolução, disciplinando a conduta dos CRFs, foi apresentada na plenária de outubro, mas não chegou a ser votada.

Enquanto isso, o CFF está procurando aperfeiçoar seus métodos de controle do registro de certificados de cursos de pós-graduação. Por meio de seu setor de Tecnologia da Informação, desenvolveu um sistema informatizado que possibilitará a implantação de um cadastro único de títulos de especialização *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* e de cursos de aperfeiçoamento de todos os farmacêuticos no país. O projeto piloto foi implantado em Sergipe, em junho. Depois de Sergipe, o sistema será testado na Bahia e, sendo aprovado, passará a ser utilizado em todo país.

Em meio à pandemia de Covid-19, que acabou desencadeando uma epidemia de uso irracional de medicamentos, o Plenário do CFF aprovou o credenciamento da Sociedade Brasileira de Farmacêuticos e Farmácias Comunitárias (SFFC), para a concessão do Título Especialista Profissional Farmacêutico Comunitário. A decisão foi tomada dia 25 de março, durante a 502ª Reunião Plenária Ordinária do conselho. A previsão da titulação está prevista na Resolução CFF nº 581, de 29 de agosto de 2013, com nova redação dada pela resolução nº 643, de 27 de julho de 2017.

Cursos

Atento à necessidade de apoiar o desenvolvimento profissional da categoria, o CFF intensificou as suas ações pela capacitação dos farmacêuticos em 2021. Vários cursos foram disponibilizados gratuitamente, tanto pela plataforma edu.farma, como presencialmente.

A edu.farma é a plataforma de educação virtual do Conselho Federal de Farmácia. Não perca tempo! [Acesse já.](#)



Curso vacinação por farmacêuticos

Visando ao estímulo à participação da categoria no enfrentamento à Covid-19 e de promover capacitação e qualificação do farmacêutico como vacinador, o CFF lançou, em 31 de agosto, o curso “Serviço de Vacinação por Farmacêuticos”. São 60 horas de atividades, sendo 40 horas on-line e 20 horas presenciais. E o curso habilita o farmacêutico aprovado nas duas etapas à prestação de serviços de vacinação.

O conteúdo on-line está disponível, gratuitamente, por meio da plataforma www.edufarma.cff.org.br para profissionais de todo o país que estejam inscritos nos CRFs. Mais de 8,7 mil farmacêuticos já se inscreveram. As primeiras turmas presenciais, de alunos aprovados na etapa on-line, foram realizadas nos dias 11 e 12 de dezembro, em Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS).

Serviço de vacinação por farmacêuticos



Cursos Prescrever e Cuidado Farmacêutico

O advento das vacinas possibilitou ao CFF retomar a oferta de cursos presenciais. Foram mais de 5 mil farmacêuticos e estudantes de Farmácia de 27 polos (entre estados e municípios) beneficiados com os cursos Prescrever em problemas de saúde autolimitados e Cuidado Farmacêutico, incluindo turmas específicas para o SUS (veja histórias de alguns deles em reportagem especial nesta edição, página 17).

O curso Prescrever foi planejado em 2019 com o objetivo de capacitar para a prática da prescrição farmacêutica no manejo dos problemas de saúde autolimitados mais frequentes na rotina das farmácias e drogarias, sejam públicas ou privadas. A pandemia acabou retardando o início das turmas para 2021.



Foto: Redação/Fesp

Módulo presencial do curso Prescrever, em Palmas, no Tocantins

Suporte aos farmacêuticos

A pandemia e a realização de cursos intensificaram a produção de conteúdo pelo CFF. Durante o ano, foram inúmeros novos títulos produzidos e disponibilizados para os farmacêuticos, seja de forma física ou virtualmente. Os títulos seguem abaixo, e todos estão disponíveis no site www.cff.org.br, no menu Publicações.

Guia de prática clínica sobre sinais e sintomas respiratórios



Algoritmos de prática clínica Curso Prescrever



Segurança do paciente: medicação sem danos (FIP)



Mobilização sobre o impacto da poluição do ar na saúde



Material do curso Serviço de Vacinação por Farmacêuticos

Boletim Farmacoterapêutica

Orientações gerais



Processo de cuidado



Proposta pedagógica



BOLETIM FARMACOTERAPÊUTICA



SOS, o Corona Chegou!

Português

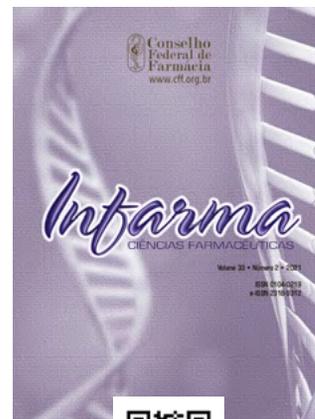
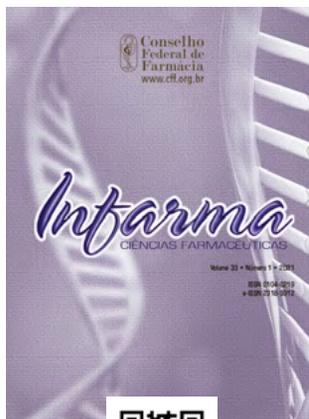
Inglês



Infarma - Ciências Farmacêuticas

v. 33, n. 1

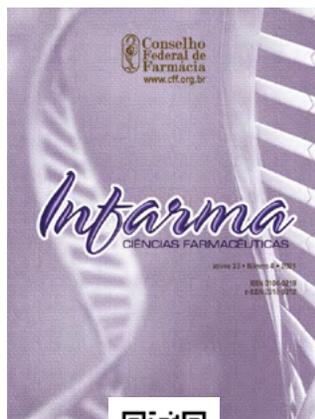
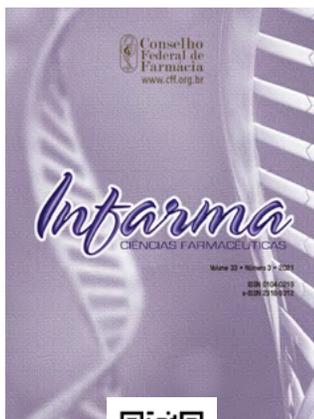
v. 33, n. 2



Infarma - Ciências Farmacêuticas

v. 33, n. 3

v. 33, n. 4



Revista Pharmacia Brasileira

Edição 91 a 94



Para conferir todas as publicações do CFF, acesse o site: www.cff.org.br



Resoluções

Auxílio ao farmacêutico na pandemia

Durante o ano de 2021, o CFF publicou 19 novas resoluções. Algumas das mais importantes foram destinadas a continuar mitigando os efeitos financeiros da emergência mundial em saúde sobre os farmacêuticos. As anuidades devidas pelos farmacêuticos e pelas empresas inscritas aos conselhos regionais de Farmácia neste exercício, que já estavam com seus valores congelados por decisão tomada no ano anterior, tiveram seu prazo para pagamento prorrogado de 31 de março para 30 de julho, tanto para pessoas físicas como jurídicas.

E, no final de 2021, o congelamento foi mantido para 2022, assim como os descontos sobre o valor integral da anuidade, de 15% em janeiro e 10% em fevereiro, além do parcelamento em seis vezes. “Os conselhos de Farmácia também sofreram com a crise, pois suas obrigações como despesas de custeio e de salários dos colaboradores continuam. Porém, não poderíamos ficar imunes à situação daqueles que pagam anuidades e contribuem para que o Sistema CFF/CRFs possa cumprir sua missão de trabalhar pela qualidade da assistência farmacêutica prestada à população”, disse o presidente do CFF, Walter da Silva Jorge João.

Refis

Também foi aprovada pelo Plenário, a prorrogação até 31 de dezembro de 2022, do prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis), normatizado pela Resolução nº 533/2010. A resolução estabelece o programa de parcelamento das receitas dos artigos 26 e 27, da Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, viabilizando a quitação dos débitos de pessoas físicas e jurídicas inscritas nos CRFs. Essa prorrogação vai ser mantida em 2022, conforme decisão tomada na reunião de novembro.

Em respeito às medidas de segurança e prevenção contra a Covid-19, a 66ª Reunião Geral dos conselhos Federal e regionais de Farmácia (CFF/CRFs), nos dias 28 e 29 de abril, ocorreu de forma híbrida, com a participação presencial dos conselheiros federais e virtual dos representantes dos regionais. A reunião ocorre todos os anos e, em 2020, não foi realizada devido às restrições impostas pela pandemia da Covid-19.

Novo Código de Ética

O Plenário aprovou normativas voltadas também à regulamentação da profissão e ao funcionamento do Sistema CFF/CRFs. Uma das mais importantes foi a Resolução nº 711/2021, que atualizou o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético, bem como estabeleceu as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares. A última versão datava de 2014.

A resolução inovou por manter o caráter protetivo à saúde pública e, ainda assim, tornar-se mais justa o farmacêutico que é alvo de processo ético, pois passou a prever atenuantes e agravantes na aplicação das punições, permitindo a análise da situação com a individualização da pena. Outra mudança foi a inserção do uso da tecnologia no rito processual disciplinar no âmbito dos conselhos. Passaram a ser permitidos, por exemplo, depoimentos por meio remoto e o acesso ao processo por meio eletrônico, mediante cadastro prévio e acesso individualizado ao sistema.



Fiscalização

No âmbito do funcionamento dos conselhos, a Resolução CFF nº 700/21, atualizou procedimentos de fiscalização dos conselhos regionais de Farmácia. As mudanças foram propostas pela Comissão de Fiscalização do Exercício Profissional (Cofisc/CFF) e aprovadas pelo Plenário após muito debate. Entre as modificações, o destaque foi uma nova ferramenta criada para que o fiscal possa notificar o estabelecimento farmacêutico para corrigir alguma situação antes de aplicar um auto de infração. A Resolução CFF nº 701/21, alterou norma anterior que instituiu a Declaração de Atividade Profissional (DAP). A principal mudança foi que a partir da entrada em vigor da nova versão, nos casos de urgência/emergência, passou a ser autorizada a lavratura do documento no ato da fiscalização.

Prazos processuais

Por causa da pandemia de Covid-19, os prazos administrativos no âmbito dos conselhos de Farmácia continuaram sendo computados em dobro, durante todo o primeiro semestre do ano, conforme a Resolução CFF nº 707/21.

Âmbito de atuação ampliado

Algumas resoluções foram atualizadas para permitir a ampliação do âmbito de atuação do farmacêutico. A Resolução CFF nº 704/21, por exemplo, veio para dispor especificamente sobre a aplicação, pelos farmacêuticos, de vacinas contra a Covid-19 em campanhas públicas ou privadas, durante a pandemia. Com a nova norma, a participação desses profissionais na vacinação ficou respaldada.

Outra normativa atualizada para possibilitar maior aproveitamento da força de trabalho dos farmacêuticos, tornando-os mais necessários e requisitados, foi a que regulamenta o exercício profissional nos serviços de atendimento pré-hospitalar, na farmácia hospitalar e em outros serviços de saúde. Por meio da Resolução CFF nº 713/21, os farmacêuticos que atuam no serviço público foram autorizados a desempenhar todas as atribuições e executar todos os procedimentos e serviços previstos

em programas, protocolos, diretrizes ou normas técnicas do Ministério da Saúde, secretarias estaduais e/ou municipais de saúde, desde que disponham de estrutura necessária e tenham recebido capacitação adequada a respeito dos respectivos programas.

A resolução abrange o cuidado ao paciente em profilaxia pré-exposição (PrEP) e pós-exposição (PEP) ao HIV. Parecer favorável à inserção dos farmacêuticos nesse programa foi entregue pelo presidente do CFF, Walter Jorge João, à coordenadora de Vigilância do HIV/Aids e das Hepatites Virais (CGAHV), Ana Cristina Garcia Ferreira, durante a 511ª Reunião Plenária, realizada em 26 de novembro. A coordenadora esteve no CFF para apresentar aos conselheiros estratégias do órgão para triplicar esses atendimentos. Elas incluem a participação dos farmacêuticos.



Representantes da Vigilância do HIV/Aids e das Hepatites Virais (CGAHV), do Ministério da Saúde, participaram da 511ª Reunião Plenária do CFF, em novembro

Medicina Tradicional Chinesa

Em julho, foi publicada a Resolução CFF nº 710/21, atualizando a Resolução CFF nº 516/09. O processo de revisão do texto envolveu a interação com a administração estatal da Medicina Chinesa e a Anvisa para que as regras de atuação fossem adequadas ao que há de mais inovador na Medicina Tradicional Chinesa (MTC) e, também, às normas sanitárias.

Além de se preocupar com a adequação das suas normas sobre a MTC, o CFF tem atuado para fomentar essa prática integrativa no Brasil, defendendo a inserção do farmacêutico no cuidado direto ao paciente. Antes da pandemia, por meio de acordo envolvendo o conselho e os ministérios da saúde e agências sanitárias brasileira e chinesa, cerca de 50 farmacêuticos puderam participar de curso gratuito na China. Agora, o Ministério da Saúde quer ampliar a capacitação em MTC para profissionais em atividade no Brasil.



O coordenador do Grupo de Trabalho sobre Acupuntura e Medicina Chinesa do CFF, o farmacêutico Paulo Varanda, durante a 510ª Reunião Plenária, em São Paulo

Perspectivas

Várias resoluções começaram a ser elaboradas, em 2021, e devem ser aprovadas, em 2022. Entre elas, estão as normativas que regulamentam a atuação dos técnicos de farmácia, disciplinam a atuação do farmacêutico em novas práticas integrativas (hipnoterapia, auriculoterapia/auriculoacupuntura e aromaterapia) e normatizam o funcionamento do consultório farmacêutico.

Em relação ao consultório farmacêutico, o Plenário deliberou pela realização de um estudo de impacto econômico que embasará o pedido de inclusão da consulta farmacêutica no rol de procedimentos da

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A meta é comprovar as vantagens dessa inserção para que os farmacêuticos possam ser remunerados pelos planos de saúde, por seus atendimentos.

Ainda estão previstas as revisões das três resoluções que dispõem sobre as atividades do farmacêutico na indústria farmacêutica (nº 387/2002, nº 584/2013 e nº 621/2016) e a Resolução CFF nº 415/04, sobre as atribuições do farmacêutico no gerenciamento de resíduos dos serviços de saúde. A atualização desta última é necessária para resguardar a atuação do farmacêutico na área e, em relação à Resolução nº 358/05, do Conselho Nacional de Meio Ambiente, e à RDC nº 222/18, da Anvisa.

O ano da mulher

Em mais uma iniciativa pelos direitos das mulheres, o CFF criou, em agosto de 2021, por ocasião das comemorações dos 15 anos da Lei Maria da Penha, o Grupo de Trabalho de Mulheres Farmacêuticas. O novo GT tem como missão assumir os projetos já em curso, como a Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, e buscar o desenvolvimento de novas ações direcionadas à saúde da mulher, ao incentivo à sua participação na política partidária e capacitação para o trabalho, bem como à proteção delas como trabalhadora.

O GT das Mulheres Farmacêuticas foi lançado em uma live realizada no dia 6 de outubro, em comemoração ao mês de conscientização do câncer de mama e de colo de útero. Participam do GT as farmacêuticas: Elaine Baptista, Ernestina Rocha, Fátima Cardoso, Gizele Souza, Hortência Tierling, Lenira Costa, Maely Peçanha, Márcia Saldanha, Marthta Franco e Mônica Meira.



Outros grupos de trabalho

Também foram instituídos os grupos de trabalho sobre Doenças Tropicais e Negligenciadas e sobre Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs). O primeiro, já está realizando um mapeamento dos farmacêuticos que atuam na área e da percepção deles sobre a situação dessas doenças no país. O segundo, irá trabalhar na interlocução com a Anvisa e entidades da sociedade civil organizada, como a Associação Brasileira da Indústria de Medicamentos Isentos de Prescrição (ABIMIP), no sentido de propor e acompanhar os processos de autorização de MIPs.

Também evoluiu bastante em 2021, o trabalho do GT de Logística de Medicamentos, que está elaborando um manual prático e o programa pedagógico de um curso de qualificação e atualização do farmacêutico que atua ou pretende atuar na área.

Defesa do âmbito de atuação

Lugar de medicamento é na farmácia!

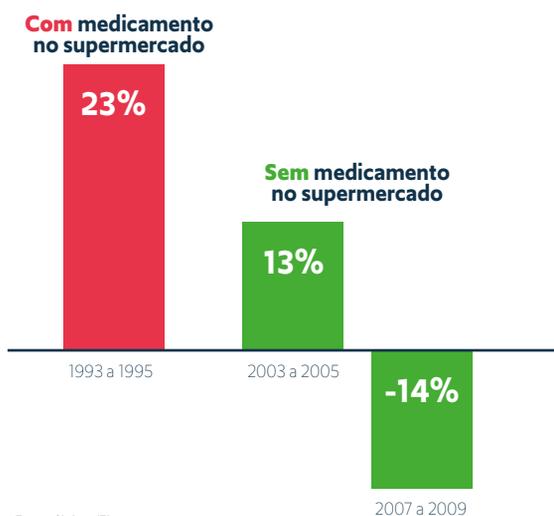
2021 foi um ano de grandes embates e o CFF esteve lado a lado com os farmacêuticos na defesa do âmbito de atuação e da valorização profissional. Foi assim, com uma ameaça que a categoria farmacêutica julgava neutralizada, mas que voltou a pairar sobre a profissão. Donos de supermercado investiram sua força no Congresso Nacional pela aprovação de projetos de lei liberando a venda de medicamentos isentos de prescrição médica, os chamados MIPs, nas gôndolas destes estabelecimentos, fora de farmácias.

Três propostas que alteram a Lei nº 5.991/1973, com esse fim, estão tramitando na Câmara dos Deputados. A principal é o PL nº 1.774/2019, de autoria do deputado Glaustin Fokus. A ele estão apensados os PLs nº 828/20, do deputado Bibó Nunes, e nº 1.896/2021, de Darci de Matos. O CFF e demais lideranças estão se desdobrando para evitar que as propostas sejam aprovadas.

Em 18 de outubro, atendendo a uma proposição da relatora, a deputada federal Adriana Ventura, a Comissão de Seguridade e Família da Câmara (CSFC) realizou audiência pública virtual para debater o tema. O presidente do CFF, Walter Jorge João, teve direito a voz e fez uma defesa contundente do arquivamento das propostas. Ele demonstrou, por meio de dados estatísticos, que a medida é um risco à saúde pública, além de não gerar nenhum ganho para a sociedade e, ainda, implicar em gastos desnecessários para o SUS.

Walter da Silva Jorge João lembrou que o Brasil já passou por essa experiência entre os anos de 1993 e 1995, e o resultado não foi positivo. “Tivemos um aumento nos casos de intoxicação por medicamentos no país. Quando os medicamentos voltaram a ser comercializados apenas nas farmácias, o crescimento desacelerou e até caiu”, comentou ele (vejam os dados abaixo).

Evolução dos casos de intoxicação no Brasil



Fonte: Sinitox/Fiocruz

2007 a 2009

O presidente do CFF demonstrou que o MIP também provoca danos. Eles causaram mais de 9 mil casos de intoxicação entre 2014 e 2018, no Brasil. “Isso corresponde a seis casos de intoxicação todos os dias. Importante destacar que 52% das vítimas são crianças e grande parte desses casos ocorrem por erros de administração. Vamos piorar essas estatísticas?”, questionou o presidente, lembrando que é sempre mais seguro contar com um farmacêutico habilitado para orientar o paciente ou o acompanhante.

A maioria dos participantes da audiência pública fez coro ao conselho, condenando os PLs. A defesa da venda de medicamentos em supermercados ficou restrita aos representantes dos dois setores interessados na liberação, supermercados e fabricantes de medicamentos, o que deixa clara a conotação econômica das propostas.

A comercialização de medicamentos em supermercados e similares já foi proposta, por várias vezes, após 1995 e, mesmo tendo sido exaustivamente debatida, nunca mais foi permitida. É por isso, para que seja preservada a saúde pública, que o CFF continuará trabalhando. Importante lembrar que os PLs tramitam em caráter conclusivo e precisam ser votados nas comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Conselho Nacional de Saúde (CNS)

Aproveitando sua representação no CNS, instância colegiada, deliberativa e permanente do SUS, e no Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área de Saúde (Fentas), o CFF vai levar aos conselheiros debate sobre a ameaça de banalização da venda de medicamentos, com a liberação da comercialização de medicamentos isentos de prescrição (MIPs) em supermercados. Seis farmacêuticos representam o conselho em posições estratégicas dentro dessas duas entidades. Integrantes do grupo se reuniram dia 3 de dezembro, na sede do conselho e, a pedido do presidente do CFF, incluíram o tema na pauta estratégica de atuação em 2022.

9 mil casos de intoxicação por MIPs foram registrados, entre 2014 e 2018, no Brasil.
Sinan/MS

Foto: Vídeo/YouTube/TV Câmara



Walter Jorge João, presidente do CFF, participou de [audiência pública virtual](#) da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara (CSFC)



Pelo farmacêutico na vacinação

Foi também, em 2021, que ameaças à conquista da autorização para vacinação em farmácias por farmacêuticos precisaram ser combatidas. No Ceará, foi necessário reverter a injustiça cometida com a aprovação de uma lei pela Câmara Municipal de Sobral, que, naquele município, restringia a aplicação de vacinas no ambiente das farmácias aos profissionais da área de enfermagem. Com a intermediação do CRF-CE e do CFF, os vereadores aprovaram o Projeto de Lei nº 02/21, de autoria do vereador e farmacêutico Ajax Cardoso, desfazendo o conflito legal entre a lei municipal e a Lei nº 13.021/14.

Mas, o grande embate ocorreu mesmo na Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1403/19, de autoria do senador Veneziano Vital do Rêgo, propunha regular o funcionamento dos serviços privados de vacinação

restringindo a responsabilidade técnica pelos serviços de vacinação aos médicos e, ainda, especificava os pediatras, imunologistas e infectologistas. O CFF intercedeu e, felizmente, em 7 de dezembro, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou relatório do senador Rogério Carvalho, corrigindo os equívocos da proposta original que inviabilizariam a oferta de serviços de vacinação nas farmácias. O PL ainda cumprirá etapas no Senado para ser encaminhado à Câmara dos Deputados.

Exercício da Citopatologia Clínica

Decisão unânime da Sétima Turma do TRF da 1ª Região, em 25 de abril de 2017, reconhece que “aos profissionais farmacêuticos, assiste o direito de elaborar exames citopatológicos, não importando em invasão de área privativa dos médicos”. Mesmo assim, em 2021, a Sociedade Brasileira de Citopatologia tentou cercear o exercício da prática da especialidade por não médicos, incluindo farmacêuticos, mediante publicação de um documento e uma nota de esclarecimento ao público. A publicação dos documentos resultou na determinação pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca), de suspensão das assinaturas por não médicos, dos exames colpocitológicos positivos.

O CFF reagiu imediatamente e publicou manifesto reiterando à sociedade, às autoridades e aos profissionais da área da saúde, a autoridade técnica do farmacêutico analista clínico, devidamente reconhecida pela justiça. O conselho também oficiou o Inca sobre a ilegalidade da medida e a necessidade de revogação, tendo sido atendido. Paralelamente, abriu procedimento no Ministério Público Federal (MPF) e na Advocacia Geral da União (AGU), visto que a determinação caracterizava cerceamento do exercício profissional.

A decisão judicial afastou qualquer ilegalidade na Resolução CFF nº 358/01, que cita como atribuição do farmacêutico analista clínico a execução dos exames citopatológicos em todas as suas modalidades, bem como a emissão e a assinatura de laudos e pareceres técnicos. Importante ressaltar que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), em processo com trânsito em julgado em 10 de abril de 2019 (ou seja, não cabe mais recurso), decidiu que o Conselho Federal de Medicina (CFM) deve se abster de proibir a aceitação de laudos realizados por

Toque de recolher

Parece inacreditável, mas aconteceu em 2021: o governador do Amazonas, Wilson Lima, impôs toque de recolher e proibiu o comércio e a circulação de pessoas entre às 19 e 6 horas, em Manaus. Até aí, tudo bem. Porém, ele incluiu as farmácias, limitando o funcionamento das farmácias na modalidade *delivery*!

O Conselho Federal de Farmácia reagiu e cobrou a revisão do decreto. No documento, o presidente do CFF, Walter da Silva Jorge João, explicou que, desde 2014, com a aprovação e publicação da Lei nº 13.021, as farmácias foram reclassificadas como estabelecimentos de saúde e não podem mais ser tratadas como simples lojas ou comércio. “Devem, sim, ser vistas como aliadas das autoridades e da saúde pública nesse momento delicado”.

farmacêutico, bem como de não reconhecer e/ou não aceitar exames de citologia clínica assinados e/ou sob responsabilidade de farmacêutico. Outra determinação é a de que o CFM não divulgue quaisquer dessas restrições, conforme julgamento originário de 2010.

Acesse os QR Codes para ler, na íntegra, a [sentença](#) e o [acórdão](#)



Ozonioterapia

A ozonioterapia foi alvo de disputa entre diferentes profissões no Congresso Nacional, em 2021. O Projeto de Lei N° 9.001/17, autorizava o uso da especialidade como tratamento complementar, mas exclusivamente sob prescrição médica. Caso a proposta fosse aprovada, estaria nula a Resolução CFF n° 685/20, que regulamenta as atribuições do farmacêutico na ozonioterapia.

A situação foi revertida. A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou substitutivo da relatora, deputada federal Carmen Zanotto, que teve votação favorável também na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O substitutivo modificou o texto para assegurar que os procedimentos sejam autorizados a profissionais de nível superior inscritos em seus respectivos conselhos de classe e não apenas aos médicos.

Como a tramitação do PL é em caráter conclusivo, dispensando a apreciação do Plenário, ele ainda precisa voltar ao Senado em função das modificações sugeridas pela relatora.

Proteção às atribuições clínicas

No ano que se encerrou, mais uma ação proposta por entidades médicas, reivindicando a suspensão de dispositivos da Resolução CFF n° 585/13, que dispõe sobre as atribuições clínicas do farmacêutico, foi extinta. Com a decisão do juiz Diego Oliveira, da 9ª Vara Federal, pertencente à Seção Judiciária do Amazonas, deixou de tramitar a Ação Civil Pública movida pela Associação Médica Brasileira (AMB) e a Associação Médica do Amazonas, que pretendia que o CFF se abstinisse de regulamentar qualquer forma de atividade clínica do farmacêutico. Com essa, são mais de 30 vitórias na Justiça em processos contra a mesma norma e sua subsequente, a Resolução CFF n° 586/13, que regula a prescrição farmacêutica.

Representantes do CFF com a ministra da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, para discutir pautas relacionadas à profissão farmacêutica na agropecuária

Por mais postos de trabalho

No dia 18 de agosto, integrantes da Comissão Parlamentar do CFF se reuniram com a ministra da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento, engenheira agrônoma e deputada federal pelo estado de Mato Grosso do Sul, Tereza Cristina, para discutir pautas relacionadas à profissão farmacêutica na agropecuária. A principal, é o concurso para auditor fiscal federal agropecuário (AFFA), carreira que abrange farmacêuticos. Há previsão de abertura de 20 vagas, mas ainda não há estimativa de data. Foi solicitada à ministra agilidade no processo, considerando a necessidade de novos profissionais para dar continuidade a demandas reprimidas do MS.

“A comissão de representantes do CFF foi muito bem recebida pela ministra, que se mostrou aberta a trabalhar junto ao conselho, inclusive, com novas agendas de reuniões para tratar de assuntos de interesse da categoria farmacêutica, devido à importância do trabalho desses profissionais no MAPA”, destaca a conselheira federal de Farmácia pelo estado do Mato Grosso do Sul, Márcia Saldanha. A conselheira foi uma das integrantes da Comissão Parlamentar que participaram da visita, junto com Martha Franco Ramos, conselheira federal pelo estado do Tocantins, e Gilcilene El Chaer, então presidente do CRF-DF.

Está em discussão no CFF, a elaboração de uma normativa regulamentando as atividades do farmacêutico na agropecuária. “Já há algum tempo o conselho está atento a essa necessidade e, no ano passado, criou um grupo de trabalho que se reunirá a partir de setembro, com essa tarefa”, comentou a vice-presidente do CFF, Lenir da Silva Costa, que é conselheira federal de Farmácia pelo estado do Rio Grande do Norte. O primeiro passo para a regulamentação foi dado com a participação do farmacêutico auditor fiscal federal do Ministério da Agricultura (MA), Janus Pablo Fonseca de Macedo, na plenária de agosto. A visita foi intermediada por Jairo Sotero, suplente da conselheira.



Mais um passo rumo à inclusão



A coordenadora do Programa Farmalibras, Deuzilane Nunes, apresenta, ao Plenário, as ações previstas para o próximo ano

A última Reunião Plenária Ordinária do ano, realizada dias 15 e 16 de dezembro, começou com mais um passo do conselho rumo à atuação de farmacêuticos no cuidado acessível às pessoas surdas. Em 2022, o conselho trará os primeiros produtos do Programa Farmalibras à sociedade. O programa inclui um curso on-line de Língua Brasileira de Sinais (Libras), por meio da plataforma edufarma.cff.org.br, e a ativação de uma plataforma *web* para facilitar a comunicação durante o atendimento farmacêutico nesta língua. Seguirá ainda a execução do trabalho de elaboração do Vocabulário Terminológico Farmacêutico Bilíngue (Português-Libras), que deverá ser finalizado até 2023.

A apresentação sobre as atividades do CFF inclusivo foi feita aos conselheiros federais pela farmacêutica Deuzilane Nunes, que divide a coordenação do programa com o professor Tarcisio Palhano, assessor da Presidência do CFF. Ela informou que as videoaulas já começam a ser gravadas no início do ano e estarão disponíveis a todos os farmacêuticos brasileiros ainda no primeiro semestre de 2022. O presidente do CFF, Walter Jorge João, disse que o orçamento previsto para as atividades do programa Farmalibras está aprovado para o ano de 2022. “Eu me sinto muito feliz por ter sido incentivador, desde 2018, quando aprovamos a primeira resolução entre todos os conselhos da saúde, prevendo diretrizes para a inclusão, o que demonstra o nosso comprometimento com essa questão da acessibilidade”, disse.



PAs iniciativas do CFF pela inclusão começaram em 2018, com a publicação da resolução com as diretrizes para o atendimento farmacêutico à pessoa com deficiência e a realização do I Congresso Brasileiro Saúde em Libras, em 2019, na Bahia

Interlocução com a Anvisa

Durante todo o ano, o CFF manteve interlocução permanente com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), visando à discussão sobre questões afetas à rotina de trabalho dos farmacêuticos e à revisão de normas que impactam o trabalho desses profissionais. Um dos assuntos mais importantes em pauta foi a atualização da Portaria SVS/MS nº 344/1998, que aprova o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.

O CFF participou ativamente da Consulta Pública nº 1.046/21, que a Anvisa abriu para receber contribuições ao novo texto proposto para a portaria e conseguiu, inclusive, prorrogar por mais 60 dias o prazo para participação, que venceria em julho. Um grupo especial de trabalho foi criado pelo conselho especificamente com a finalidade de trabalhar nas sugestões elaboradas a partir da contribuição de farmacêuticos de todo o país, que chegaram à entidade por meio de formulário eletrônico.

No dia 5 de julho, uma *webconferência* entre os membros do GT do CFF, o gerente de produtos e medicamentos controlados da Anvisa (GPCON), Thiago Silvério, e integrantes da equipe técnica da agência, Moema Macedo, Gláucia Lima e Camila Ramalho, permitiu esclarecer dúvidas suscitadas pela categoria.

Instabilidades no SNGP

As instabilidades apresentadas pelo Sistema Nacional de Produtos Controlados (SNGPC), apresentadas a partir de 5 de outubro, também demandaram ações do CFF junto à Anvisa. No dia 15 de dezembro, representantes do CFF reuniram-se com técnicos da agência para pedir esclarecimentos sobre como os usuários poderiam agir para não prejudicar os estabelecimentos farmacêuticos e seus pacientes. Dois dias depois, a Anvisa publicou a RDC nº 586/2021, suspendendo por tempo ainda indeterminado, os prazos previstos para o envio de arquivos eletrônicos referentes às movimentações do estoque de medicamentos e insumos farmacêuticos de controle da Portaria SVS/MS nº 344/1998 e da RDC nº 471/21, sujeitos à escrituração no sistema.

A ausência de transmissão dos arquivos mencionados não implicará em infração sanitária no período de 5 de outubro, data de início dos problemas, até o retorno regular da transmissão, a ser divulgado pela Anvisa em seu site. A partir do retorno, os envios deverão ser retomados conforme as orientações a serem divulgadas pela agência. Durante a suspensão, os estabelecimentos deverão manter a escrituração nos livros específicos, informatizados ou não, e os documentos comprobatórios devem permanecer à disposição das autoridades fiscalizadoras.



Grupo especial de trabalho atuando em propostas para a Consulta Pública n.º 1046/21

Outros assuntos

Na reunião do dia 15 de dezembro, outros assuntos foram tratados, entre os quais, as consultas públicas nº 1.018/21 e nº 1.046/21. A primeira, é relativa aos requisitos para a emissão, prescrição, aviamento, dispensação e guarda das receitas de controle especial e das receitas de medicamentos antimicrobianos emitidas em meio eletrônico, bem como para a emissão das receitas digitais de produtos derivados de Cannabis. A segunda, é sobre o controle sanitário de plantas, substâncias, medicamentos e produtos sujeitos a controle especial. Conforme os técnicos da Anvisa, ambas se encontram em processo de consolidação e análise das contribuições recebidas.

Em relação às consultas públicas de nº 911/20, sobre texto que altera os dispositivos relacionados a serviços de saúde da RDC nº 44/09, e a de nº 912/20, que dispõe sobre os requisitos técnicos para a execução das atividades relacionadas aos testes de análises clínicas (TAC), na prestação de serviços de apoio ao diagnóstico e terapêutico (SADT), infelizmente, não houve participação de nenhum técnico da Anvisa para informar sobre o *status* dos processos dessas consultas públicas. Os representantes do CFF reiteraram a necessidade de agendamento de nova audiência, tendo em vista que essas consultas públicas têm grande impacto sobre a profissão.



Um prêmio para a Dra. Núbia Boechat

Foto: Viviane Oliveira (Farmanguinhos/Fiocruz)



A farmacêutica **Núbia Boechat**, vice-diretora de Educação, Pesquisa e Inovação de Farmanguinhos, é a vencedora do “4º Prêmio Mulheres Brasileiras em Química e Ciências Relacionadas”, na categoria “Líder na Indústria”, em 2021. A conquista veio em reconhecimento ao trabalho que ela realiza no desenvolvimento de novos medicamentos para combate à leucemia e Aids. A premiação foi concedida pela Sociedade Americana de Química (ACS, sigla em inglês), em parceria com a Sociedade Brasileira de Química (SBQ).

Dra. Núbia Boechat é farmacêutica, com mestrado e doutorado em Química Orgânica e pós-doutorado, em Londres. É bolsista em produtividade do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Cientista do Nosso Estado pela Faperj (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro). A farmacêutica tem uma trajetória de 35 anos de dedicação à pesquisa. Ela foi responsável por coordenar inúmeras sínteses totais de importantes fármacos para a saúde pública.

Fonte: “Portal Fiocruz”, em 06.12.21, com nova redação e edição pela revista PHARMÁCIA BRASILEIRA.

Covid-19 pode deixar sequelas, um ano após alta hospitalar do paciente

Cerca de 70% dos pacientes que tiveram Covid-19 apresentam algum tipo de seqüela, um ano após a alta hospitalar. Os dados foram obtidos por uma pesquisa realizada pelo Hospital das Clínicas (HC), da USP (Universidade de São Paulo). Episódios de fraqueza, fadiga e falta de ar, entre outros sintomas, foram relatados entre os casos analisados pelo estudo com pacientes internados no HC.

O médico Carlos Carvalho, pneumologista e diretor da UTI Respiratória do Instituto do Coração (InCor) do HC da Faculdade de Medicina da USP mostrou-se surpreso com o resultado da pesquisa. Dr. Carlos Carvalho lembra que esse tipo de infecção, mesmo em vírus respiratórios ou sazonais, como o H1N1 ou mesmo o da dengue, tende a não gerar sequelas nos infectados, por contaminar células localizadas nas vias respiratórias superiores. “No entanto, o coronavírus utiliza as vias respiratórias superiores como porta de entrada, e atinge as vias respiratórias inferiores, onde está localizada a região dos alvéolos, permitindo o acesso e circulação do vírus na corrente sanguínea e podendo causar danos em diversos órgãos”, explica o pneumologista.

Fonte: “Jornal da USP” (<https://jornal.usp.br/>), em 13.08.21, com nova redação e edição pela revista PHARMÁCIA BRASILEIRA.

O mal é o que entra na boca

Foto: Marcello Casal Jr. (Agência Brasil)



Oito em cada dez crianças brasileiras de até cinco anos de idade consomem, até 2019, alimentos ultraprocessados, como biscoitos, farinhas instantâneas, refrigerantes e bebidas açucaradas, além de outros produtos nocivos à saúde. É o que revela o Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (Enani-2019), conduzido pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Segundo a pesquisa, até bebês menores de dois anos fazem uso desses produtos. Essa prática pode trazer consequências, ao longo de toda a vida, como obesidade, diabetes e problemas cardiovasculares. Ainda de acordo com a pesquisa, o problema é agravado pela baixa ingestão de frutas e hortaliças, que deveriam compor a base da alimentação infantil. O estudo foi encomendado pelo Ministério da Saúde e coordenado pela UFRJ, em parceria com a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e UFF (Universidade Federal Fluminense), e teve financiamento do MS e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

“Conexão UFRJ”. Texto original publicado, em 07.12.21, e assinado pelo Victor França, com nova edição pela revista PHARMÁCIA BRASILEIRA.

Observatório da UFPB ajuda gestores no enfrentamento à Covid-19

Foto: Acervo pessoal



A UFPB (A Universidade Federal da Paraíba) inaugurou, em dezembro de 2021, a “Plataforma Covid-19 Paraíba: Observatório de indicadores sociais e de saúde para gestão do SUS (Sistema Único de Saúde) e SUAS (Sistema Único de Assistência Social). SUS e SUAS”. Trata-se de um observatório que permite que gestores públicos dos 223 municípios do Estado consulte os indicadores de proteção social e saúde. O projeto visa a contribuir com a tomada de decisões no combate à Covid-19 e sua crise e pós-crise sanitária e humanitária.

O observatório é coordenado pela Profa. **Marinalva Conserva**, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) daquela instituição de ensino, onde coordena o Programa de Pós-graduação em Serviço Social e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais. Marinalva Conserva é psicóloga. O projeto contou com a colaboração de pesquisadores e estudantes da UFPB de diferentes núcleos e programas.

Fonte: Site da UFPB. Texto original de autoria da jornalista Mariani Idalino e edição de Aline Lins. O texto foi reeditado pela revista PHARMÁCIA BRASILEIRA. A foto da professora Marinalva Conserva foi extraída de sua página, no Facebook.

NOVA PLATAFORMA DE PRESCRIÇÃO ELETRÔNICA

Conexão mais fácil e segura entre médicos, farmacêuticos e pacientes

Saiba mais em:
prescricaoeletronica.cfm.org.br
e certificadodigital.cfm.org.br



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA



**Conselho
Federal de
Farmácia**



ITI
Instituto Nacional de
Tecnologia da Informação



VALORIZE O FARMACÊUTICO!



FARMACÊUTICOS MERECEM:

Remuneração justa

Jornada e condições de trabalho compatíveis

Respeito à sua autoridade técnica

20 de janeiro

Dia Nacional do Farmacêutico

valorizeofarmaceutico.cff.org.br



**Conselho
Federal de
Farmácia**